REDE BIO MAR

Planejamento Estratégico Integrado da Rede de Conservação da Biodiversidade Marinha 2021 a 2030

Projeto Albatroz
Projeto Baleia Jubarte
Projeto Coral Vivo
Golfinho Rotador
meros do Brasil
BR PETROBRAS
PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Índice

Rede Biomar - Breve Histórico Página **03**
Principais Objetivos do Planejamento da Rede Biomar - 2007 a 2020 Página **05**
Ações da Rede Biomar Página **07**
Quem Integra a Rede Biomar em 2021 Página **09**
Projeto Albatroz Página **11**
Projeto Baleia Jubarte Página **18**
Projeto Coral Vivo Página **25**
Projeto Golfinho Rotador Página **32**
Projeto Meros do Brasil Página **39**

Planejamento Estratégico da Rede Biomar - 2021 a 2030 Página **46**

Missão, Visão e Valores Página **48**

Teoria da Mudança da Rede Biomar Página **52**
Contexto
Teoria da Mudança do Planejamento Estratégico da Rede Biomar
Públicos Prioritários da Rede Biomar

Eixos Estratégicos e Indicadores Página **59**
Eixo Conhecimento
Eixo Concientização
Eixo Socioeconomia
Eixo Impacto Social
Eixo Políticas Públicas
Eixo Conservação
Eixo Transversal: Reputação e Relacionamento
Eixo Transversal: Transformação Digital

Monitoramento e Avaliação Página **71**

Referências Norteadoras para o Planejamento Estratégico Biomar Página **72**
Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs)
Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável | 2021-2030
Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs)
Programa Petrobras Socioambiental

Literatura Citada Página **89**
Autores e Autoras do Documento Página **91**
Créditos Fotográficos Página **92**

BREVE HISTÓRICO

A Rede de Conservação da Biodiversidade Marinha - Rede Biomar foi criada em 2007, quando a Petrobras já apoiava de maneira voluntária projetos com foco na conservação da biodiversidade marinha. Surgiu de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Petrobras e um primeiro núcleo de instituições cujos projetos eram patrocinados pela empresa, e que já eram reconhecidos e se destacavam pela contribuição às ações de conservação marinha no Brasil. Seu primeiro Planejamento Estratégico Integrado de Biodiversidade foi elaborado em 2007, com vigência prevista para 10 anos. O detalhamento inicial abrangeu o período de 2007 a 2010 e foram realizadas revisões e atualizações para os ciclos seguintes, incluindo a entrada de outros projetos, bem como melhorias e aprimoramento de sua gestão realizados por um Grupo de Acompanhamento, constituído por representantes das organizações participantes e da Petrobras. O primeiro planejamento da Rede Biomar e suas revisões se estenderam por quatro ciclos, tendo sido concluído em 2020. O objetivo geral desse Planejamento foi contribuir para a conservação da biodiversidade marinha no Brasil. Ele foi baseado em quatro pilares principais de atuação dos projetos.

Principais Objetivos do Planejamento Estratégico da Rede Biomar 2007 a 2020:

I. Ampliar a produção e disseminação de conhecimento técnico-científico para a conservação da biodiversidade marinha;

II. Subsidiar e acompanhar a formulação e implementação das políticas públicas voltadas à conservação marinha;

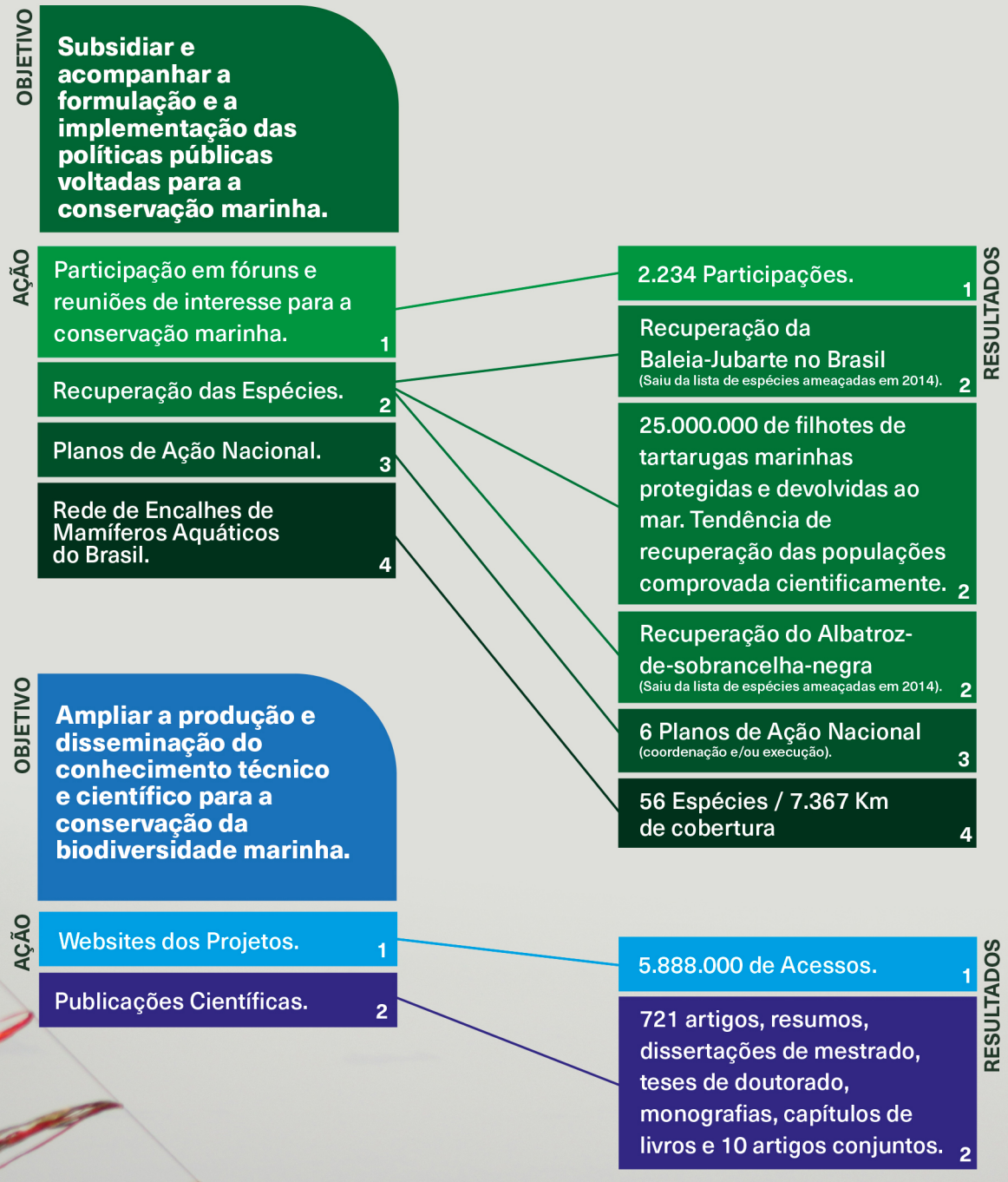
III. Promover atitudes positivas e conscientização alinhados à conservação ambiental;

IV. Promover a inclusão social das comunidades humanas que vivem nas áreas de atuação dos Projetos.

A criação da Rede Biomar foi uma iniciativa voluntária e inovadora entre as instituições responsáveis pelos projetos de conservação, a Petrobras enquanto apoiadora e a participação do órgão ambiental. Como indicativo de sua relevância na geração de resultados diretos, convidamos você para um mergulho em um resumo de seus primeiros 10 anos por meio de objetivos, ações e números alcançados.

AÇÕES DA REDE BIOMAR

DESTAQUES 2007 A 2016



AÇÕES DA REDE BIOMAR

DESTAQUES 2007 A 2016

OBJETIVO

Promover a inclusão social das comunidades que vivem nas áreas de atuação dos projetos.

AÇÃO

- Apoio a Grupos Comunitários. 1
- Ações de Apoio Comunitário. 2
- Cursos/Capacitação. 3

RESULTADOS

- 8.600 Participantes. 1
- 170.480 Pessoas Beneficiadas. 2
- 10.970 Participantes. 3

OBJETIVO

Promover o aumento da consciência e comportamentos alinhados com a conservação ambiental.

AÇÃO

- Centro de Visitantes. 1
- Ações de Sensibilização. 2
- Rede Jovem Mar. 3
- Redes Sociais. 4
- Materiais Produzidos. 5

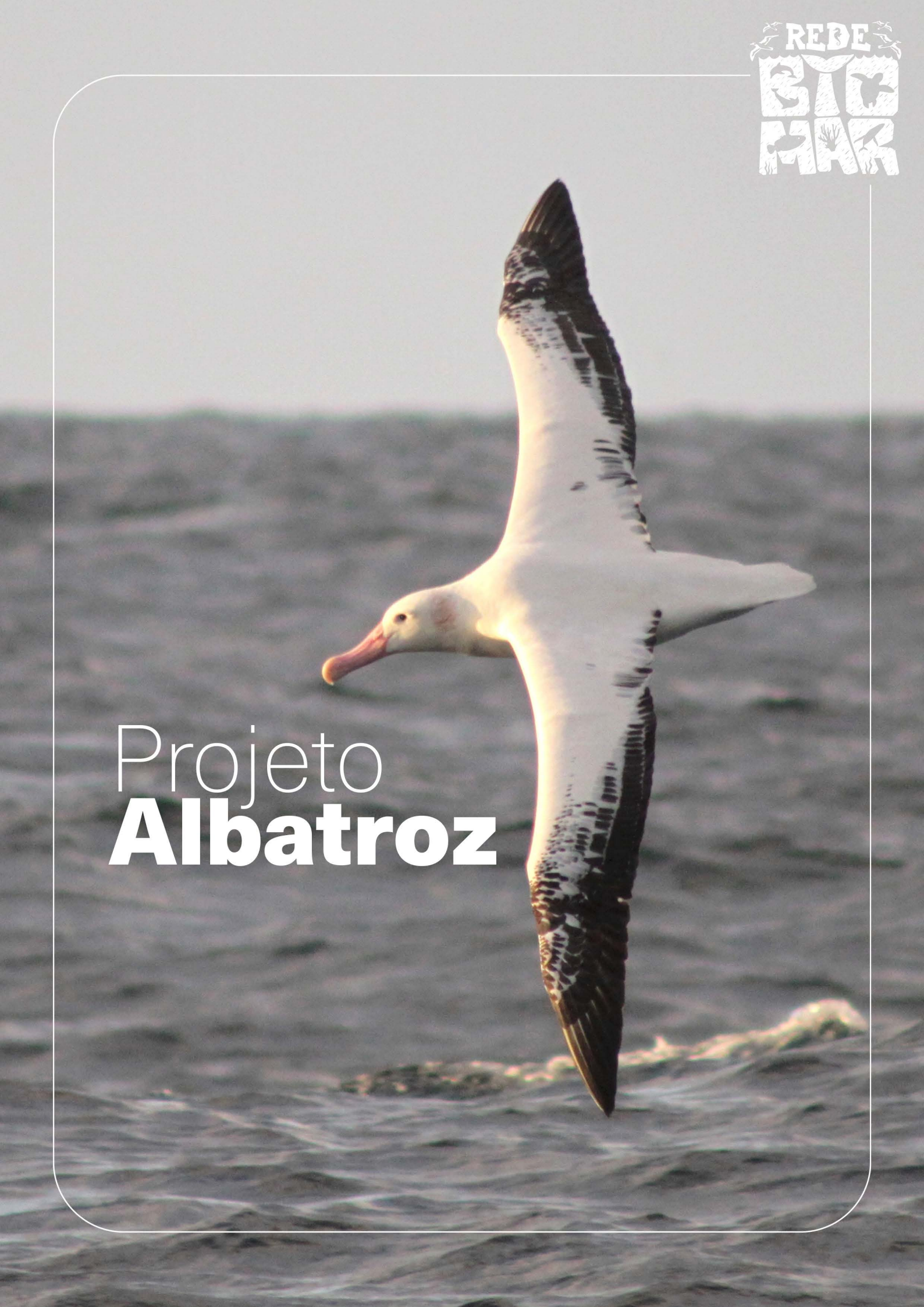
RESULTADOS

- 10.322.000 Visitantes. 1
- 9.197.000 de Participantes. 2
- 120 Jovens Envolvidos. 3
- 471.000 Seguidores. 4
- 13 materiais dentre livros, livretos, DVD's, aplicativos, filmes, manuais, totens multimídia e exposições. 5

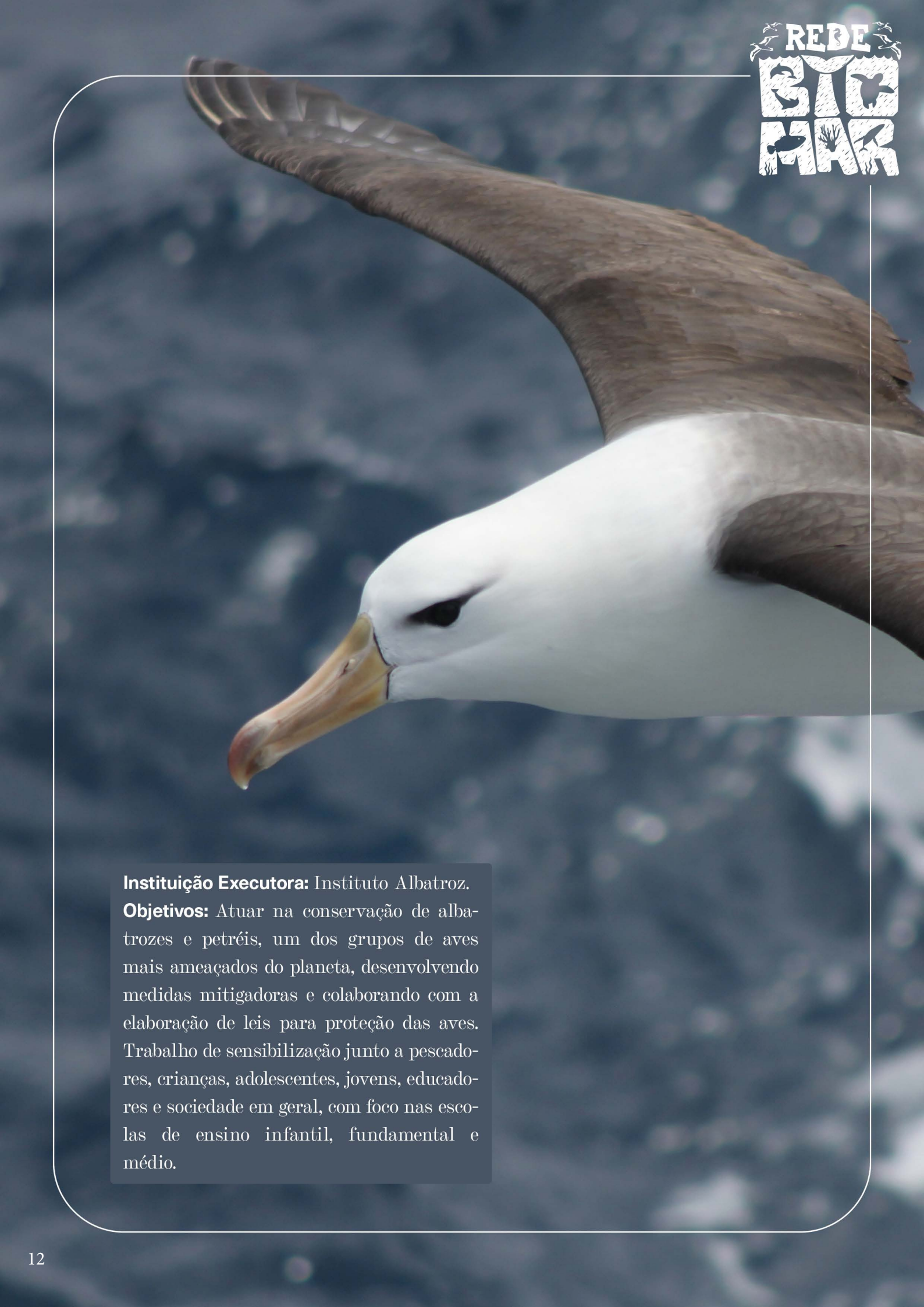
Quem integra a Rede Biomar em 2021

REDE BIOMAR

Além da Petrobras como coordenadora, os projetos que integram a Rede Biomar em 2021 são o Albatroz, Baleia Jubarte, Coral Vivo, Golfinho Rotador e Meros do Brasil, todos apoiados pela Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental. A Petrobras, além do apoio e patrocínio aos projetos para continuidade das ações em rede e de longo prazo, também é partícipe nessas ações e atua para a realização de sua missão. Tal participação está em linha com a Política de Responsabilidade Social e Diretrizes do Investimento Socioambiental da empresa. Suas atividades incluem a coordenação do planejamento da Rede Biomar, organização de ações que visam manter e fortalecer a gestão da Rede Biomar, propondo frentes que possam ser incorporadas nos projetos. Em complemento, cabe à Petrobras articulação com diferentes atores internos e externos e apoio à divulgação dos projetos e da própria Rede Biomar. Apresentamos a seguir um breve resumo da atuação desses projetos.

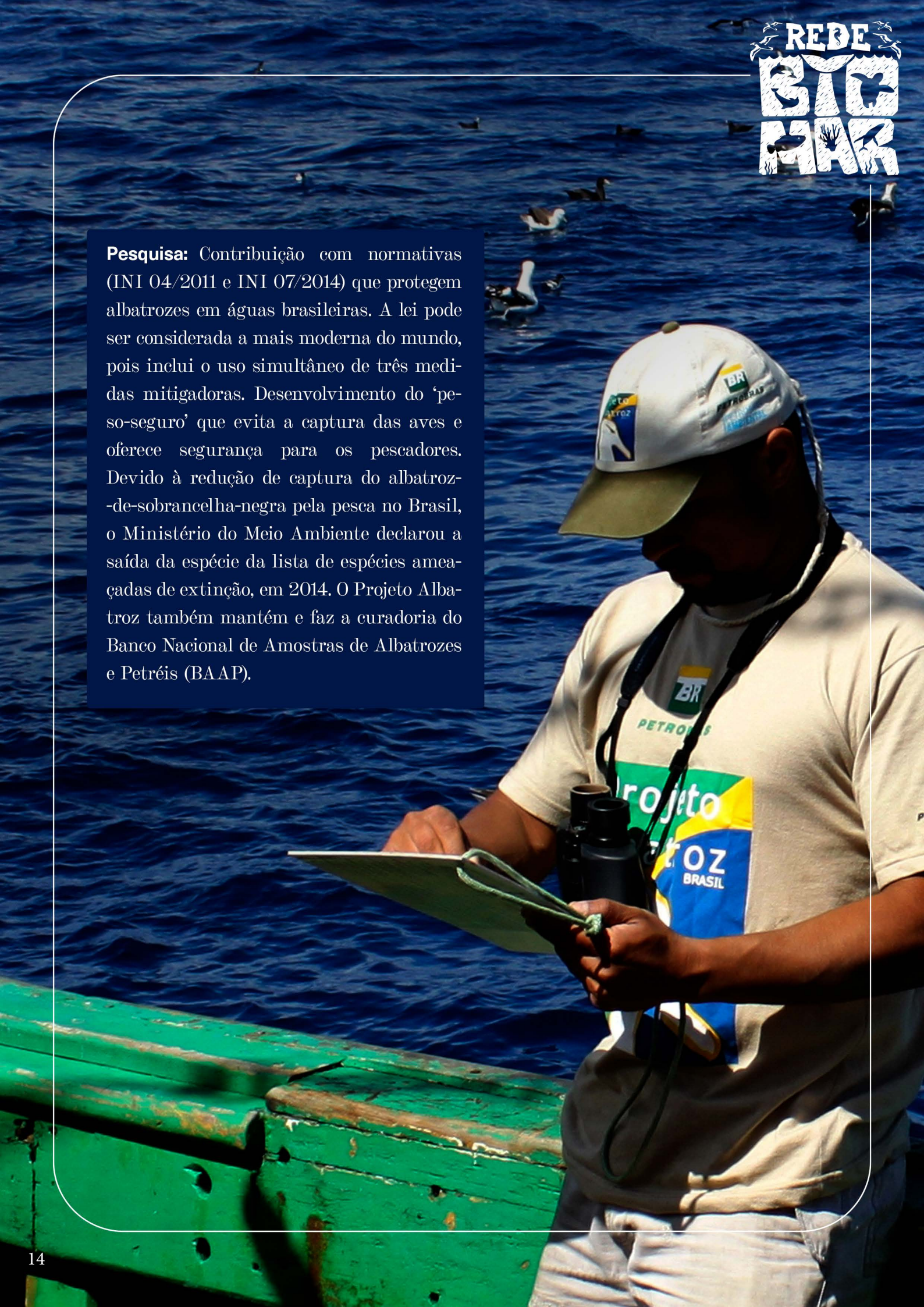


Projeto **Albatroz**



Instituição Executora: Instituto Albatroz.
Objetivos: Atuar na conservação de albatrozes e petréis, um dos grupos de aves mais ameaçados do planeta, desenvolvendo medidas mitigadoras e colaborando com a elaboração de leis para proteção das aves. Trabalho de sensibilização junto a pescadores, crianças, adolescentes, jovens, educadores e sociedade em geral, com foco nas escolas de ensino infantil, fundamental e médio.

Histórico: O Projeto Albatroz nasceu em Santos/SP, em 1990, e desde então expandiu seu trabalho. Atua nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, em especial em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Realiza monitoramentos de pesca e participa do desenvolvimento de tecnologias para redução da captura de aves nas pescarias.



Pesquisa: Contribuição com normativas (INI 04/2011 e INI 07/2014) que protegem albatrozes em águas brasileiras. A lei pode ser considerada a mais moderna do mundo, pois inclui o uso simultâneo de três medidas mitigadoras. Desenvolvimento do 'peso-seguro' que evita a captura das aves e oferece segurança para os pescadores. Devido à redução de captura do albatroz-de-sobrancelha-negra pela pesca no Brasil, o Ministério do Meio Ambiente declarou a saída da espécie da lista de espécies ameaçadas de extinção, em 2014. O Projeto Albatroz também mantém e faz a curadoria do Banco Nacional de Amostras de Albatrozes e Petréis (BAAP).

Educação e conscientização ambiental:
Desenvolve educação ambiental e sensibilização com crianças, adolescentes, jovens, educadores e pescadores, tendo a participação de mais de 130 mil pessoas nas atividades. Trabalha para o fortalecimento da relação de jornalistas com temas da conservação marinha, e organizou Workshops de Comunicação Ambiental da Rede Biomar em várias cidades. Desde 2011, desenvolve o 'Programa Albatroz na Escola', capacitando educadores e contando com a participação de mais de 30 mil alunos e mil professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio. Em 2020, lançou o 'Programa Albatroz em Casa' para atender a demanda de educadores durante o período de isolamento para conter a disseminação da pandemia de Covid-19, alcançando mais de 17 mil pessoas entre estudantes e educadores. Organizou workshops de educação ambiental para que os Projetos da Rede Biomar pudessem elaborar o Manual de Ecossistemas Marinhos e Costeiros para Educadores.

Inclusão social: Desenvolvimento da medida mitigadora Toriline em parceria com pescadores. O Toriline brasileiro é uma tecnologia social, ideia de um pescador e adequada para a realidade da pesca brasileira, que evita a captura de aves pelos barcos e uma das principais medidas internacionais. As medidas de proteção dos albatrozes do Projeto Albatroz sempre têm grande participação dos pescadores, atores fundamentais nessa missão. O Albatroz promove e capacita jovens para se tornarem agentes de mudança no cenário ambiental, no tempo presente ou futuro, através do "Coletivo Jovem Albatroz". Jovens entre 18 e 29 anos participam de atividades práticas e teóricas com objetivo de construir uma sociedade mais sustentável, ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente equilibrada.

Políticas públicas: Em 2004, participou da elaboração do Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis (PAN Albatrozes e Petréis), do qual também detém a coordenação compartilhada com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE/ICMBio). Apresenta resultados de suas pesquisas ao Acordo para a Conservação de Albatrozes e Petréis (ACAP), que por consequência norteia as recomendações internacionais de proteção dessas espécies.

Projeto **Baleia Jubarte**

Instituição Executora: Instituto Baleia Jubarte.
Objetivos: Contribuir para consolidar a recuperação da baleia-jubarte no Brasil e maximizar a fruição de benefícios socioambientais da presença da espécie em águas nacionais, minimizando potenciais conflitos com os usos do mar e da região costeira pelas comunidades e atividades comerciais e industriais, ampliando a geração de emprego e renda através do ecoturismo focado na espécie e aprofundando o conhecimento científico sobre a mesma e seu papel ecossistêmico, com implicações para o equilíbrio ambiental do meio marinho.

Histórico: Em 1988, durante as atividades de implantação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, os pesquisadores que atuavam na região redescobriram ali uma pequena população sobrevivente de baleias-jubarte, espécie sobre a qual não havia registros formais em águas brasileiras desde a proibição da caça nos anos 1960. Uma linha de pesquisa específica a respeito passou então a ser desenvolvida, inicialmente pelo Centro Abrolhos, instituição que dava suporte a várias atividades do Parque. Com a dissolução do Centro Abrolhos, o Projeto Baleia Jubarte passou a ser executado de forma autônoma por um par de pioneiros na pesquisa, documentação e ações de conservação da espécie no Brasil, Márcia Engel e Enrico Marcovaldi. Apoiados por um pequeno grupo de entusiastas, e obtendo escassos recursos para o trabalho de campo, eles conseguiram estruturar um programa de estudo e proteção das jubartes brasileiras que perdura até hoje. Em 1996 foi criado o Instituto Baleia Jubarte visando dar suporte institucional à execução do Projeto, e também neste ano o trabalho passou a contar com o patrocínio da Petrobras, numa parceria de sucesso que perdura até hoje.

Pesquisa: Estudos sistemáticos na Bahia e no Espírito Santo direcionados à demografia, diversidade genética com identificação de sexo e idade, deslocamentos na área de reprodução e migrações, distribuição, comportamento, saúde e impactos antrópicos, além da importância ecológica da espécie. Descoberta da área de alimentação da população de baleias-jubarte brasileira na região das ilhas Geórgia do Sul e Sanduíche do Sul, em parceria com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) da Petrobras. Identificação da migração de jubartes do Brasil para Madagascar, no Oceano Índico (maior recorde migratório de um mamífero) e para o Equador, no Oceano Pacífico. Maior catálogo de fotoidentificação da espécie mantido por uma única instituição, com mais de 5000 animais.

Educação e conscientização ambiental: As ações buscam estimular diferentes públicos a conhecerem os cetáceos e o ambiente marinho, sensibilizando para a importância da conservação da biodiversidade marinha. A atuação com a comunidade escolar é parte importante das ações, realizada tanto nas localidades sede das bases como através de expedições educadoras, e através de visitas de grupos escolares nos Centros de Visitantes, os Espaços Baleia Jubarte em Praia do Forte e Caravelas (BA), Vitória (ES) e Ilhabela/SP. O incentivo e monitoramento do turismo de observação de baleias é também parte da estratégia de sensibilizar diferentes atores para a conservação das baleias e do ambiente marinho, monitorado, incentivado e consolidado na Bahia e em novas áreas como o litoral capixaba, com destaque para Vitória, e o fortalecimento de atividades em Ilhabela (SP) e Rio de Janeiro, recentemente determinadas como áreas relevantes para as baleias-jubarte em seu processo de expansão geográfica no Brasil, em parceria com atores e autoridades locais.

Inclusão social: Capacitação de jovens e de grupos produtivos de mulheres e fortalecimento de lideranças ambientais nas comunidades costeiras. Geração de emprego e renda através do incentivo ao turismo de observação de baleias e dos Espaços Baleia Jubarte.

Políticas públicas: Subsidia cientificamente o governo brasileiro nas tomadas de decisão para a conservação marinha em nível nacional e internacional. Foi membro do Grupo de Trabalho Especial de Mamíferos Aquáticos (GTEMA/Ibama). É membro da delegação brasileira na Comissão Baleeira Internacional, desde 1999. Integra as Redes de Encalhes de Mamíferos Aquáticos coordenadas pelo CMA/ICMBio. Contribuiu para a regulamentação dos levantamentos de sísmica marinha e do turismo de observação de baleias. Recebeu o Prêmio Muriqui 2011 da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Prêmio de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. Participa em fóruns internacionais decisórios para a conservação de cetáceos, assessorando diretamente o Ministério do Meio Ambiente, participando e assessorando em grupos de trabalho, reuniões e oficinas de definição do status de conservação das espécies de mamíferos aquáticos, planos de ação nacionais, definição de áreas prioritárias para a conservação, conselhos municipais, estaduais e de unidades de conservação costeiras e marinhas.

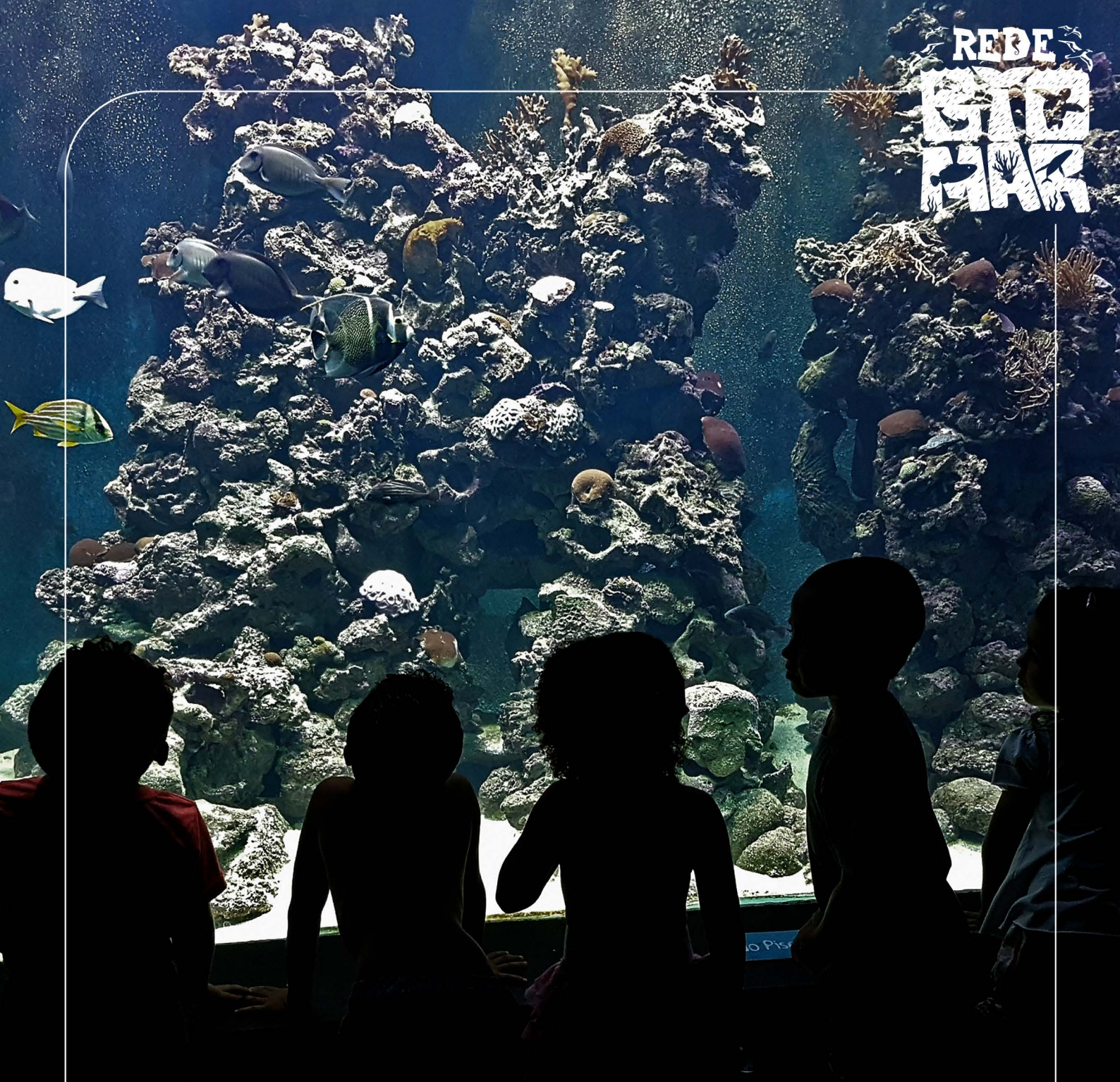
REDE BIO MAR

Projeto **Coral Vivo**

Instituição Executora: Instituto Coral Vivo
Objetivos: Contribuir para o estado de conservação dos ambientes coralíneos brasileiros, em especial da Costa do Descobrimento/BA – contando ainda com pontos focais de atuação em Abrolhos/BA e nos Estados de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

Histórico: Os recifes de coral são os ambientes marinhos de maior biodiversidade, estando entre os mais ameaçados do planeta. Metade das 41 espécies (49%) de corais do Brasil, incluindo corais pétreos, octocorais, corais negros e corais-de-fogo, só ocorre aqui. Duas espécies estão na lista oficial das espécies ameaçadas, em que o Coral Vivo coordenou a avaliação de corais e outros cnidários. O Projeto Coral Vivo nasceu em 2003 no Museu Nacional/UFRJ, como uma continuidade de linhas de pesquisa de seus pesquisadores e fundadores, o que lhe confere mais de 40 anos de experiência na pesquisa e na conservação de recifes de coral.

Pesquisa e Manejo: A Rede de Pesquisas Coral Vivo conta com pesquisadores associados de 14 instituições de pesquisa, de sete Estados e do Distrito Federal, referências em suas áreas de atuação, que buscam compreender aspectos biológicos, ecológicos, geológicos, sociais e socioeconômicos dos recifes brasileiros. Essa visão ecossistêmica gera conhecimento para a conservação e gerenciamento integrado dos recursos naturais. Além de possibilitar a formação e pesquisas em nível de pós-graduação, apoiando a realização de muitas teses de doutorado e dissertações de mestrado, vem publicando seus resultados em periódicos internacionais de grande impacto.

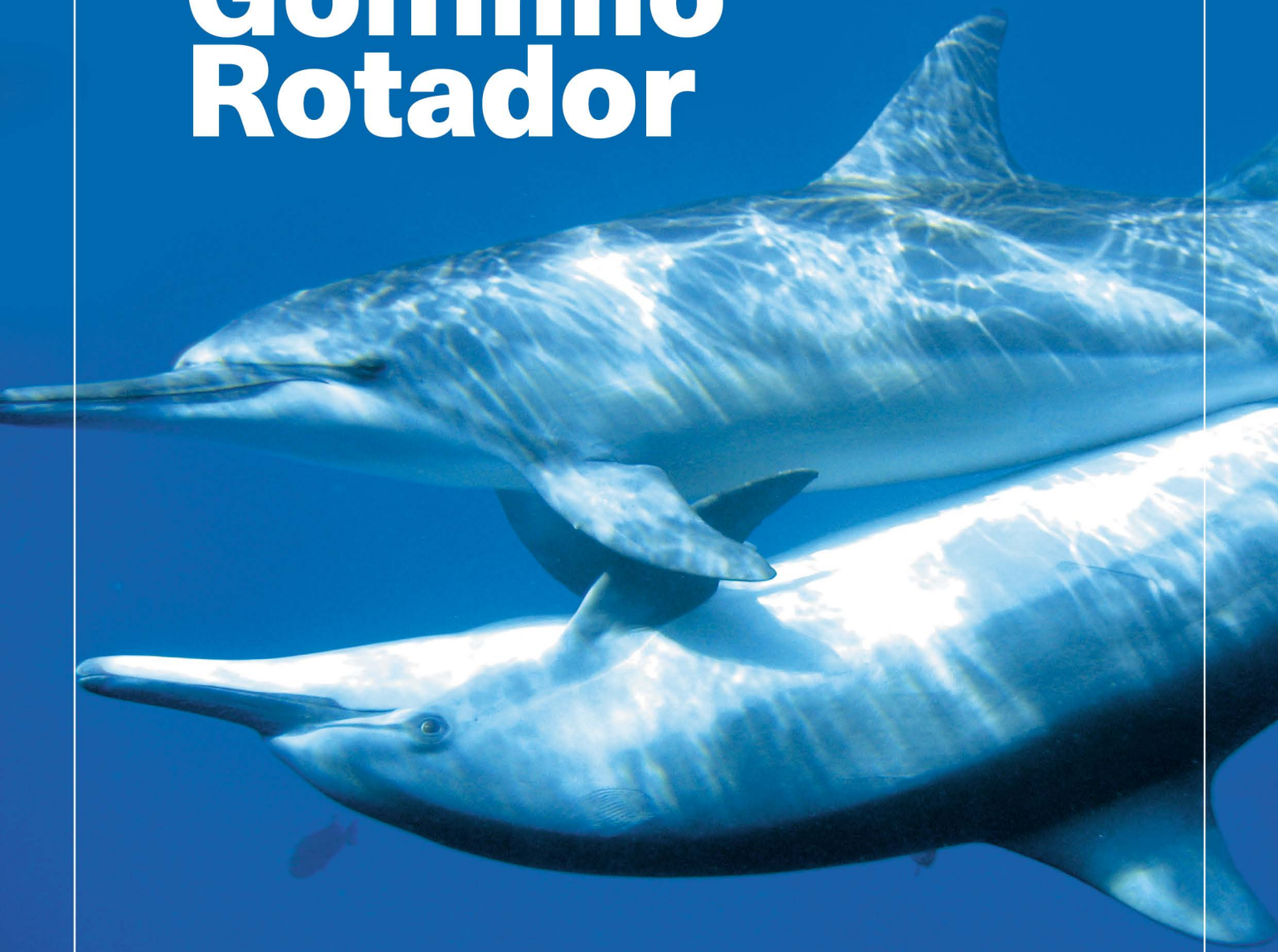


Educação e sensibilização ambiental: O Coral Vivo usa uma abordagem crítica e emancipatória em suas ações de educação ambiental. Realizou cursos de capacitação para cerca de 400 professores da rede pública e para mais de 300 profissionais do trade de turismo. Estabeleceu parcerias continuadas com escolas públicas para desenvolvimento de projetos de educação ambiental, recebeu mais de 200 universitários provenientes de 17 estados em Programa de Extensão Universitária, entre outras ações. Tendo em vista sua penetração em público diverso, buscou tornar-se referência de conservação marinha em redes sociais – atualmente com mais de 370 mil seguidores em nossas redes sociais. Destaca-se que já sensibilizou diretamente mais de 1 milhão de pessoas em visitas monitoradas aos seus espaços públicos. Ofereceu apoio para a revitalização e tem parceria continuada, desde 2015, com o Coletivo Jovem da Costa do Descobrimento.

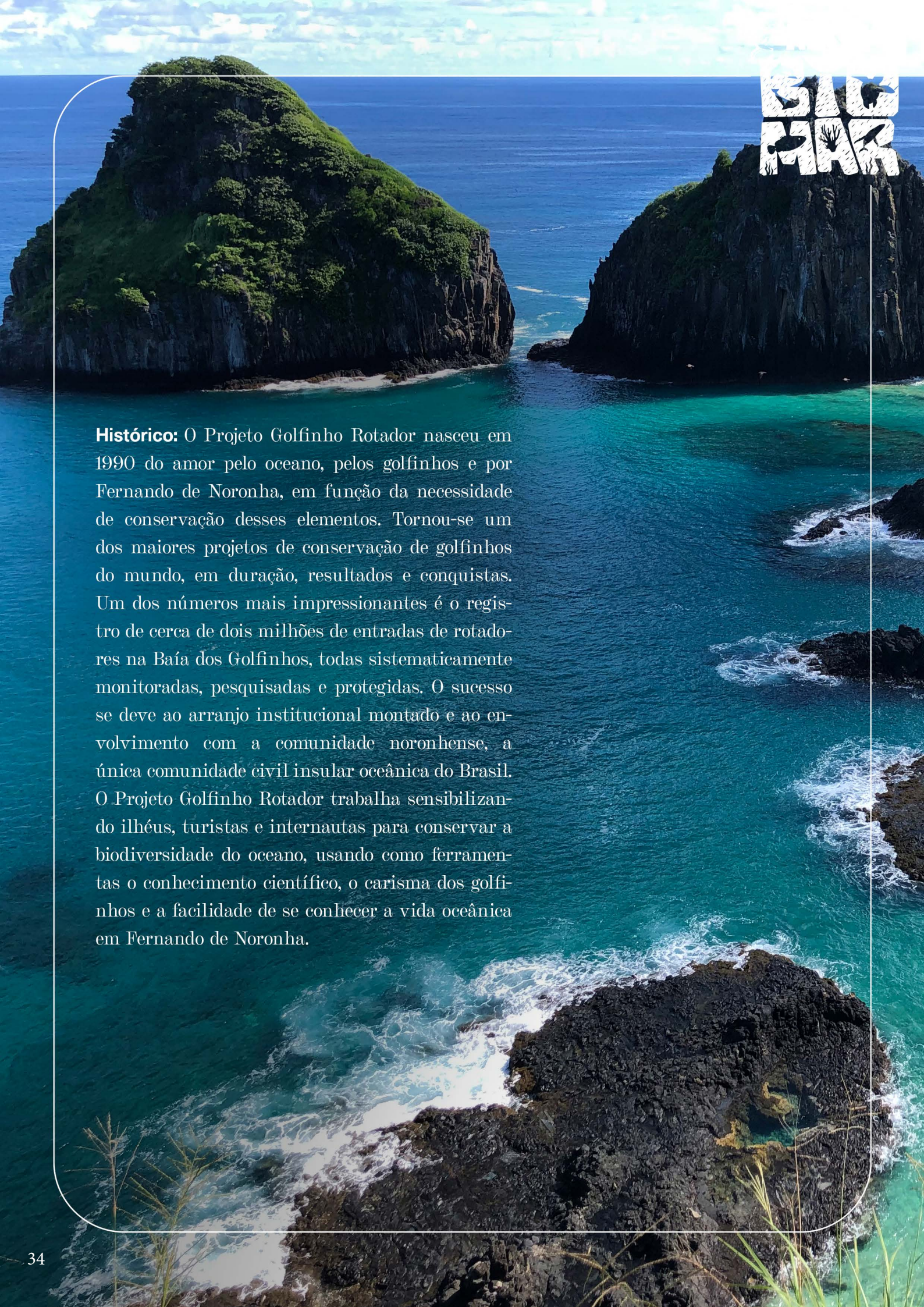
Inclusão Social: Grande parte do quadro de funcionários do Projeto Coral Vivo é nativa do sul da Bahia, incluindo pescadores e indígenas. Nosso compromisso é que todo funcionário esteja mais capacitado para atuar no mercado de trabalho ao encerrar seu contrato profissional. Muitos da equipe receberam treinamentos específicos, como para a realização de imagens submarinas, cursos de mergulho básico, de arrais amador, de motorista profissional e de informática, além de apoiar a realização de cursos de nível superior.

Políticas públicas: Exerce gestão ambiental compartilhada em coletivos gestores em Conselhos Municipais de Meio Ambiente, em Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, do Projeto GEF-Mar (MMA), e em Comitês de Bacias. Atua ainda em instâncias coletivas de fortalecimento a movimentos ambientais nacionais vinculados ou alusivos a Década da Ciência Oceânica, como nos Grupos de Mobilização Nacional (SE E NE), Painel Mar, Horizonte Oceânico Brasileiro (HOB), Grupo de Trabalho MAR (GT-MAR) da Frente Parlamentar Ambientalista Federal, da Frente Parlamentar Ambientalista do Extremo Sul da Bahia, e Coalizão Pacto pelo Mar (RJ).

Projeto
Golfinho Rotador



Instituição Executora: Centro Golfinho Rotador.
Objetivos: Promover a conservação da biodiversidade oceânica, com ênfase no golfinho-rotador e em Fernando de Noronha.



Histórico: O Projeto Golfinho Rotador nasceu em 1990 do amor pelo oceano, pelos golfinhos e por Fernando de Noronha, em função da necessidade de conservação desses elementos. Tornou-se um dos maiores projetos de conservação de golfinhos do mundo, em duração, resultados e conquistas. Um dos números mais impressionantes é o registro de cerca de dois milhões de entradas de rotadores na Baía dos Golfinhos, todas sistematicamente monitoradas, pesquisadas e protegidas. O sucesso se deve ao arranjo institucional montado e ao envolvimento com a comunidade noronhense, a única comunidade civil insular oceânica do Brasil. O Projeto Golfinho Rotador trabalha sensibilizando ilhéus, turistas e internautas para conservar a biodiversidade do oceano, usando como ferramentas o conhecimento científico, o carisma dos golfinhos e a facilidade de se conhecer a vida oceânica em Fernando de Noronha.

Pesquisa: Programa de pesquisa do Projeto Golfinho Rotador consiste no estudo da história natural dos golfinhos-rotadores por meio de sete subprogramas: ocupação e distribuição; ecologia comportamental; foto e vídeo identificação; caracterização genética; estudo do comportamento trófico; interação com o turismo; Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos. Os pesquisadores somam mais de 8 mil dias de pesquisa, 77 mil horas de observação, mil expedições de barco e 1,5 mil mergulhos. Os resultados das pesquisas são divulgados em livros, publicações e eventos científicos, internet, mídias digitais e reportagens.

Educação e conscientização ambiental: O Programa de Educomunicação Ambiental, realizado em parceria com as duas unidades escolares locais, tem foco na temática oceânica e nas inter-relações deste ecossistema com o cotidiano dos ilhéus e dos visitantes. O Projeto Golfinho Rotador realizou mais de 1.403 oficinas ambientais, atendendo a mais de 298 professores e 20.961 alunos, alguns filhos ou netos de primeiros alunos. O espectro etário dos participantes das atividades envolve desde crianças na primeira infância até adultos e idosos. Mais de 287 mil turistas receberam orientação durante a observação de golfinhos.

Inclusão social: Como objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável de Fernando de Noronha, o Projeto Golfinho Rotador promove formação profissional, apoia iniciativas culturais e esportivas e estimula a representatividade política dos ilhéus. Por meio de 65 cursos profissionalizantes, 5.086 alunos foram capacitados para inserção no mercado de turismo local. Também proporcionou consultoria em gestão sustentável e capacitação em negócios sustentáveis para 118 empresários e funcionários de meios de hospedagem, bares/restaurantes e empresas de passeios de barco e de mergulho.

Políticas Públicas: Pesquisadores do Projeto Golfinho Rotador participaram da elaboração e coordenação dos Planos de Ação Nacional para a Conservação de Cetáceos, do Processo de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade e da Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos do Brasil. Também participaram da formulação de políticas públicas locais por meio dos Conselhos Consultivos de Fernando de Noronha.

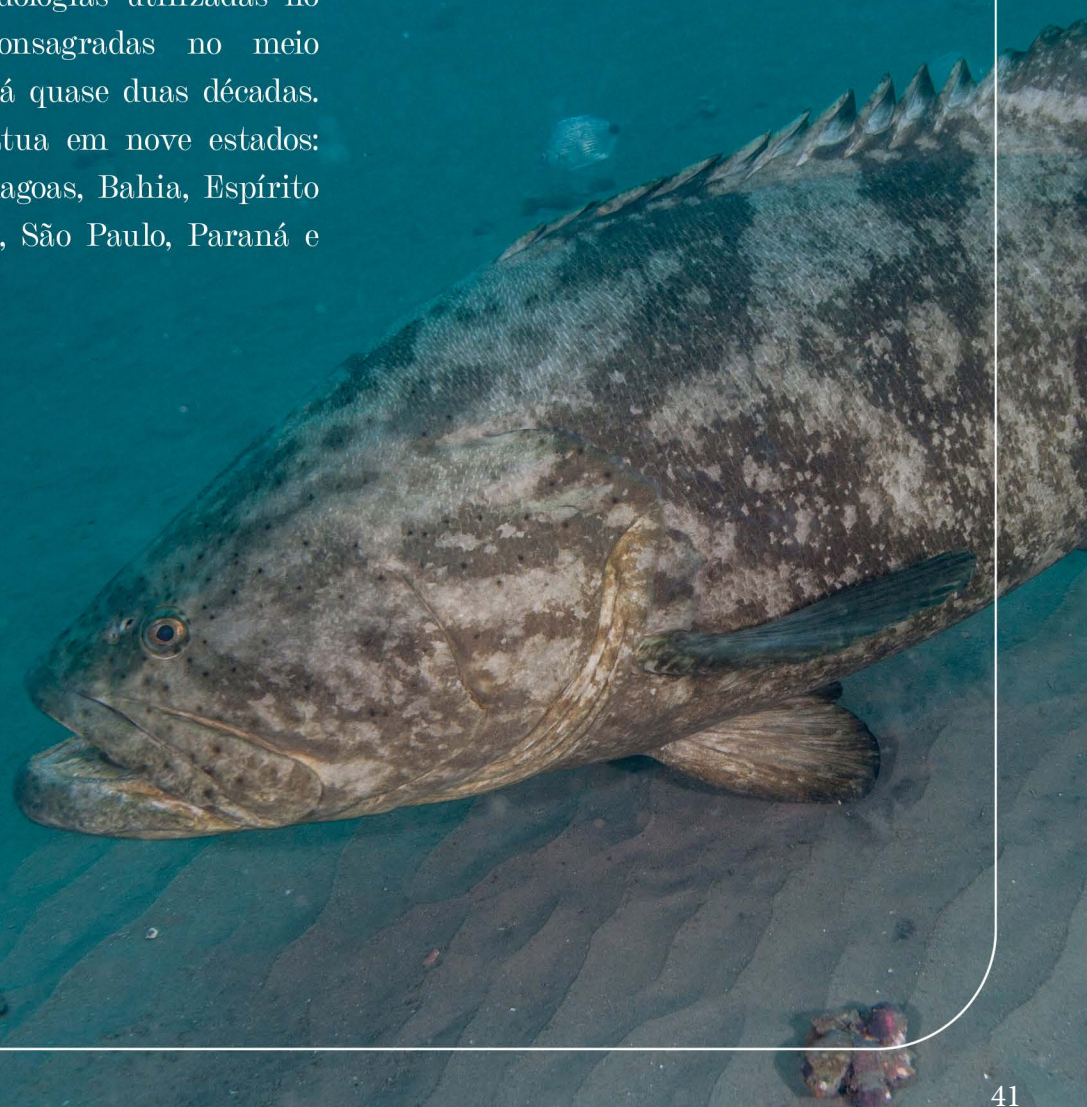
REDE BIG MAR

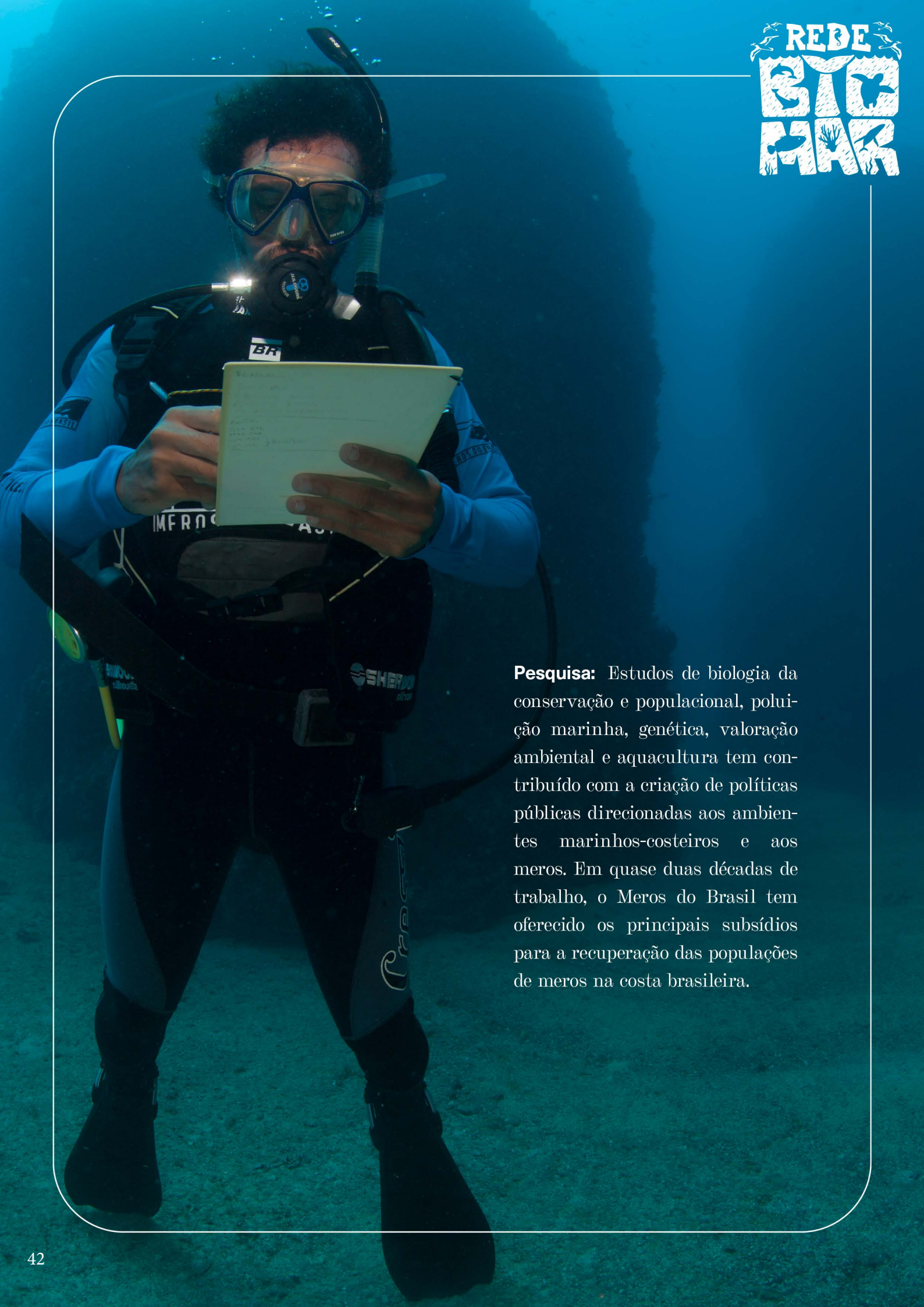
Projeto **Meros do Brasil**

Instituição Executora: Instituto Meros do Brasil.

Objetivos: Promover a conservação dos meros (*Epinephelus itajara*) e dos ecossistemas costeiros e marinhos associados ao longo da costa brasileira.

Histórico: O Projeto Meros do Brasil (PMB) tem como propósito, desde 2002, promover a conservação dos meros (*Epinephelus itajara*) e ecossistemas costeiro-marinhos ao longo da costa brasileira. Os meros são peixes marinhos criticamente ameaçados e têm a captura proibida integralmente no país. As ações do Projeto tem promovido e subsidiado a elaboração de políticas públicas, como a implantação e renovações da moratória nacional que proíbe a pesca da espécie (2002 a 2015) e colaboração com órgãos governamentais e internacionais no fomento à políticas de conservação do meio ambiente. O PMB atua por meio de redes de parcerias (Rede Meros do Brasil, Rede Biomar e Redagua) que envolvem mais de 80 instituições. As metodologias utilizadas no projeto têm sido consagradas no meio científico/acadêmico há quase duas décadas. Desde 2017 o PMB atua em nove estados: Pará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.



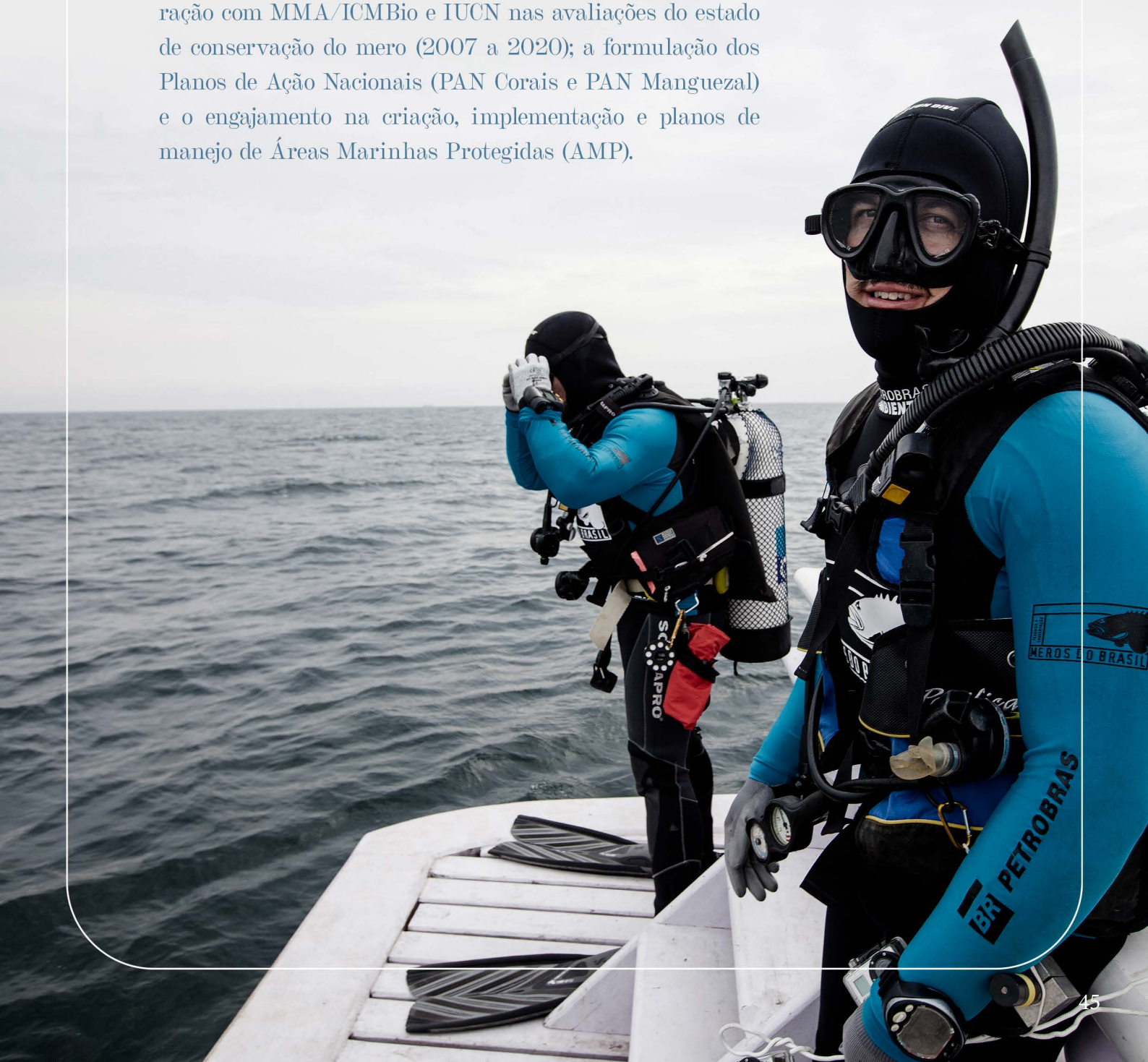


Pesquisa: Estudos de biologia da conservação e populacional, poluição marinha, genética, valoração ambiental e aquacultura tem contribuído com a criação de políticas públicas direcionadas aos ambientes marinhos-costeiros e aos meros. Em quase duas décadas de trabalho, o Meros do Brasil tem oferecido os principais subsídios para a recuperação das populações de meros na costa brasileira.

Educação e sensibilização ambiental: As ações do PMB apresentam alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para cumprimento da Agenda 2030; com as diretrizes da Década da Ciência Oceânica (2021-2030); alinhamento com políticas públicas nacionais; adoção de medidas ecoeficientes e procedimentos de governança institucional e transparência. O PMB desenvolve um Plano de Comunicação Integrado, em todas suas plataformas de comunicação com seu público (materiais institucionais, site e mídias sociais), para se consolidar como uma fonte relevante de informações sobre a conservação da natureza e dos oceanos; a preservação da espécie bandeira do projeto, o mero; a educação ambiental; e a comunicação para sustentabilidade.

Inclusão social: A proposta do PMB tem como público prioritário em suas ações as populações tradicionais das áreas onde atua: população negra, indígena, mulheres e o atendimento à pessoas com deficiência (PcD). Tem buscado estabelecer diretrizes internas que promovam a diversidade e inclusão. O fomento da mudança das realidades socioambientais locais e da participação da sociedade na conservação da natureza marinha e dos meros são ações que encontram-se alinhadas aos Objetivos 4, 5, 8, 10 e 14 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Políticas Públicas: O Plano de Comunicação proposto pelo PMB visa informar, sensibilizar e envolver os diferentes públicos do projeto na temática da conservação ambiental, abrangendo temas transversais alinhados com políticas públicas para preservação e a Agenda 2030 dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, as ações do PMB têm promovido e subsidiado a elaboração de políticas públicas, como a implantação e renovações da moratória nacional de pesca da espécie (2002 a 2015); colaboração com MMA/ICMBio e IUCN nas avaliações do estado de conservação do mero (2007 a 2020); a formulação dos Planos de Ação Nacionais (PAN Corais e PAN Manguezal) e o engajamento na criação, implementação e planos de manejo de Áreas Marinhas Protegidas (AMP).



Planejamento

Estratégico da Rede Biomar 2021 a 2030

REDE BIOMAR

O que é o Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Rede Biomar para o decênio 2021-2030 visa garantir que as ações da Petrobras e dos projetos integrantes da Rede cumpram uma missão coletiva e busquem uma visão de futuro em comum. Representa um compromisso das instituições participantes na obtenção de resultados efetivos para a conservação de maneira conjunta e colaborativa. Com o Planejamento se busca garantir a efetividade das ações no longo prazo. O decênio deste planejamento coincide com a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), e com um dos grandes elementos inspiradores desse plano.

A Misão, Visão, Valores, Teoria de Mudança, Eixos Estratégiocs e Resultados desse Planejamento foram elaborados considerando as seguintes referências norteadoras, que serão descritas no final do documento:

- Convenção da Diversidade Biológica;

- Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção;

- Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;

- Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas;

- Programa Petrobras Socioambiental.

Missão, Visão e Valores

Rede Biomar

Visão

Gerar transformações socioambientais positivas, notáveis e mensuráveis, sendo referência em conservação da biodiversidade marinha e na promoção de um oceano sustentável.

Missão

Ser uma rede que atua de forma colaborativa, otimiza esforços e investimentos, contribuindo de forma relevante para um oceano melhor conhecido, mais saudável, rico em biodiversidade, resiliente e produtivo.

Valores

A atuação da Rede Biomar deve adotar princípios universais em toda sua atuação, em especial:

1. Respeito à Constituição Federal Brasileira, à unidade e à soberania do Brasil;

2. Alinhamento de ações com as políticas públicas brasileiras para a conservação;

3. Conciliação entre o desenvolvimento sustentável, a conservação da natureza e da cultura e o bem estar social;

4. Respeito aos direitos humanos e à sociobiodiversidade;

5. Respeito aos interesses e inclusão das populações locais e tradicionais;

6. Foco na busca contínua por soluções;

7. Autonomia e o respeito entre as partes que a compõem;

8. Transparência e compartilhamento de informações.

TEORIA DA MUDANÇA DA REDE BIOMAR

Contexto:

A partir da Missão e Visão foi elaborada a Teoria da Mudança da Rede Biomar. Para alcançá-la foram definidos Eixos Estratégicos de atuação, que representam resultados esperados e que irão definir as principais ações para alcançá-los. A Teoria da Mudança mostra as transformações que se pretende alcançar a partir da atuação em todos os Eixos Estratégicos.

Premissas de mudança, segundo Mayne (2017) precisam ser compreensíveis, bem definidas, plausíveis, temporalmente adequadas, coerentes, mensuráveis, realistas, indicadoras de possíveis adaptações, capturar todas ou grande parte das mudanças e serem sustentáveis. Contemplam também a adoção do enfoque participativo e de aprendizado de todos os principais participantes (patrocinador, projetos e parceiros) em todo o ciclo do trabalho (de uma cultura assistencialista e/ou individualista para uma partilha de poder e responsabilidades).

O planejamento realizado prevê o uso sistêmico de técnicas qualitativas e quantitativas para obter um quadro mais completo possível sobre os passos necessários para atingir as mudanças desejadas. Desta maneira, busca-se um alinhamento entre as intenções e os resultados, assumindo um foco especial na visão e definição de estratégias e políticas/projetos sociais orientados à geração de valor compartilhado entre a Petrobras, Projetos e as comunidades envolvidas.

Teoria da Mudança do Planejamento Estratégico da Rede Biomar

A existência de uma relação desequilibrada entre preservação ambiental e desenvolvimento humano resultou em problemas de gestão dos patrimônios comuns, e no desafio de elaborar a história dos processos de co-evolução da espécie humana e do planeta. Estas trajetórias implicam na adoção de novos padrões de conduta em níveis adequados à capacidade de suporte dos ambientes. Assim, do ponto de vista sistêmico, devem ser levadas em consideração várias dimensões que não somente a ecológica, mas a econômica, espacial e cultural da sustentabilidade e seus pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (Sachs, 1994; 1998).

A Teoria da Mudança elaborada no Planejamento Estratégico da Rede Biomar prevê que são necessárias uma série de transformações na sociedade que levem a uma transição para o uso da biodiversidade marinha de forma mais sustentável, concomitantemente levando a uma melhoria no estado geral de conservação dos oceanos.

Um aspecto importante a ser ponderado é a participação coletiva. Considerada prioritariamente como uma função social, mas ao mesmo tempo sendo um princípio metodológico, é um componente essencial da Teoria da Mudança. Dessa forma, considera-se como um cenário que favorece a realização da Teoria da Mudança a presença de rede de parcerias (instâncias governamentais, academia, setor produtivo, sociedade e terceiro setor), o Programa Petrobras Socioambiental, e os próprios projetos da Rede, os quais são coordenados por organizações da sociedade civil que fazem parte da rede de parcerias.

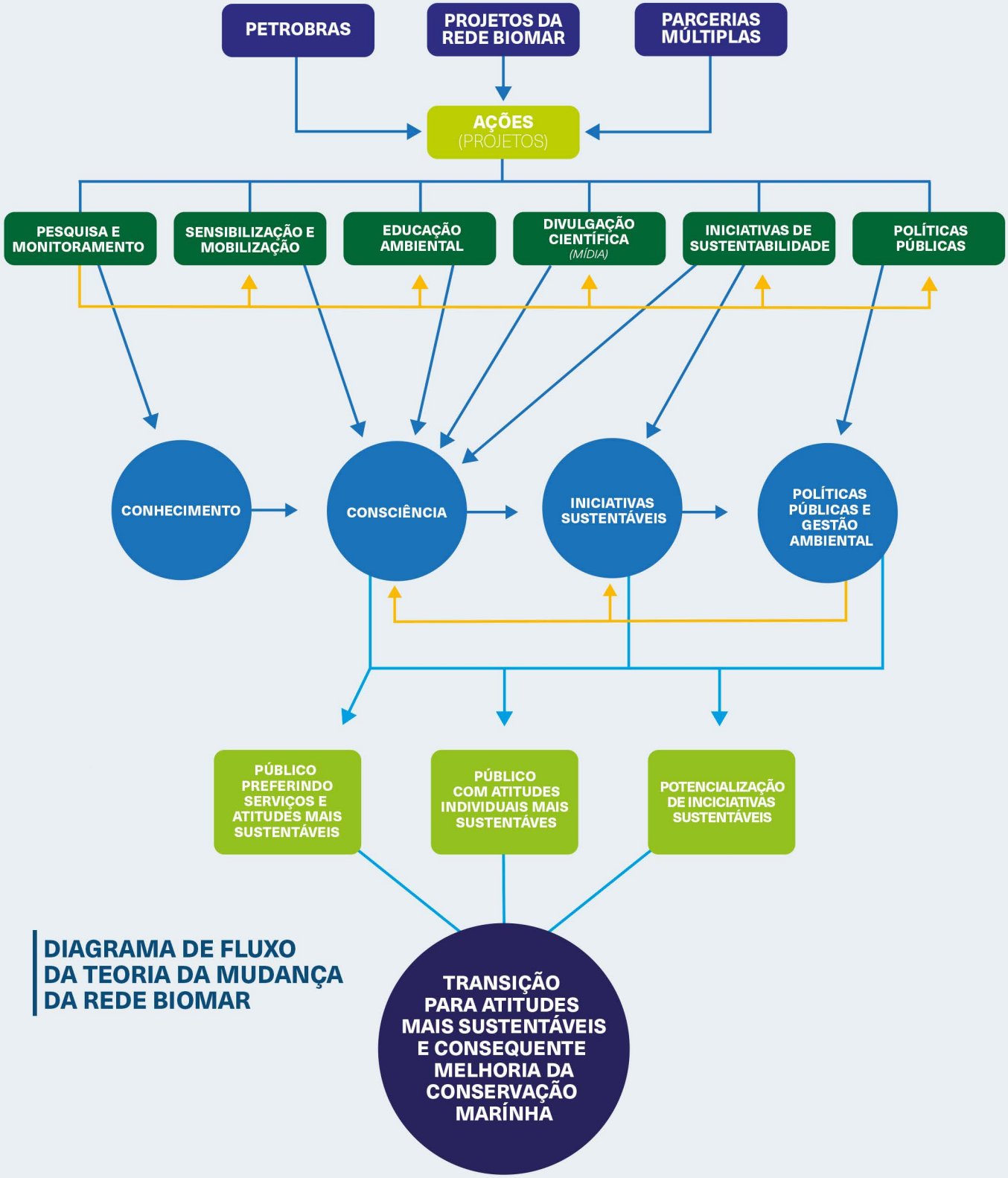


DIAGRAMA DE FLUXO DA TEORIA DA MUDANÇA DA REDE BIOMAR

Como ponto de partida da análise, estabelecemos a premissa de que o desconhecimento é o maior desafio para o alcance dos esforços de conservação e uso sustentável de recursos naturais. Nesse sentido, o aporte de conhecimento é necessário para que gestores ambientais possam tomar decisões responsáveis e embasadas na ciência. Elas são também imprescindíveis para que tomadores de decisão e a sociedade em geral sejam alertados e sensibilizados para esses temas.

Tal engajamento irá gerar políticas públicas mais adequadas e assertivas para a continuidade dos serviços ambientais prestados pelos oceanos e levar a sociedade a rever padrões e modelos de produção e consumo que pratica. Assim, deve-se iniciar com ações para suprir lacunas de conhecimento (pesquisa e monitoramento) e de disseminação do conhecimento (educação e divulgação científicas).

Como visto, é crucial a interação com tomadores de decisão e gestores ambientais para que políticas públicas tenham o embasamento científico necessário. Interação também é imprescindível com a sociedade, para que deem preferência a iniciativas baseadas em princípios de sustentabilidade e estas possam prosperar. Por outro lado, práticas, modelos de negócios e empreendimentos que valorizem o ambiente marinho e sua biodiversidade devem ser estimulados no setor produtivo, seja no ramo do turismo, na pesca, ou em outros usos do ambiente costeiro e marinho, como por exemplo a ocupação da orla.

Em todos esses aspectos, a divulgação de conhecimento e a sensibilização da sociedade como um todo são tarefas primordiais. A meta é a melhoria das condições da sociedade para atuar de maneira efetiva na conservação marinha, com uso responsável de sua biodiversidade. Espera-se uma mudança de cenário, onde:

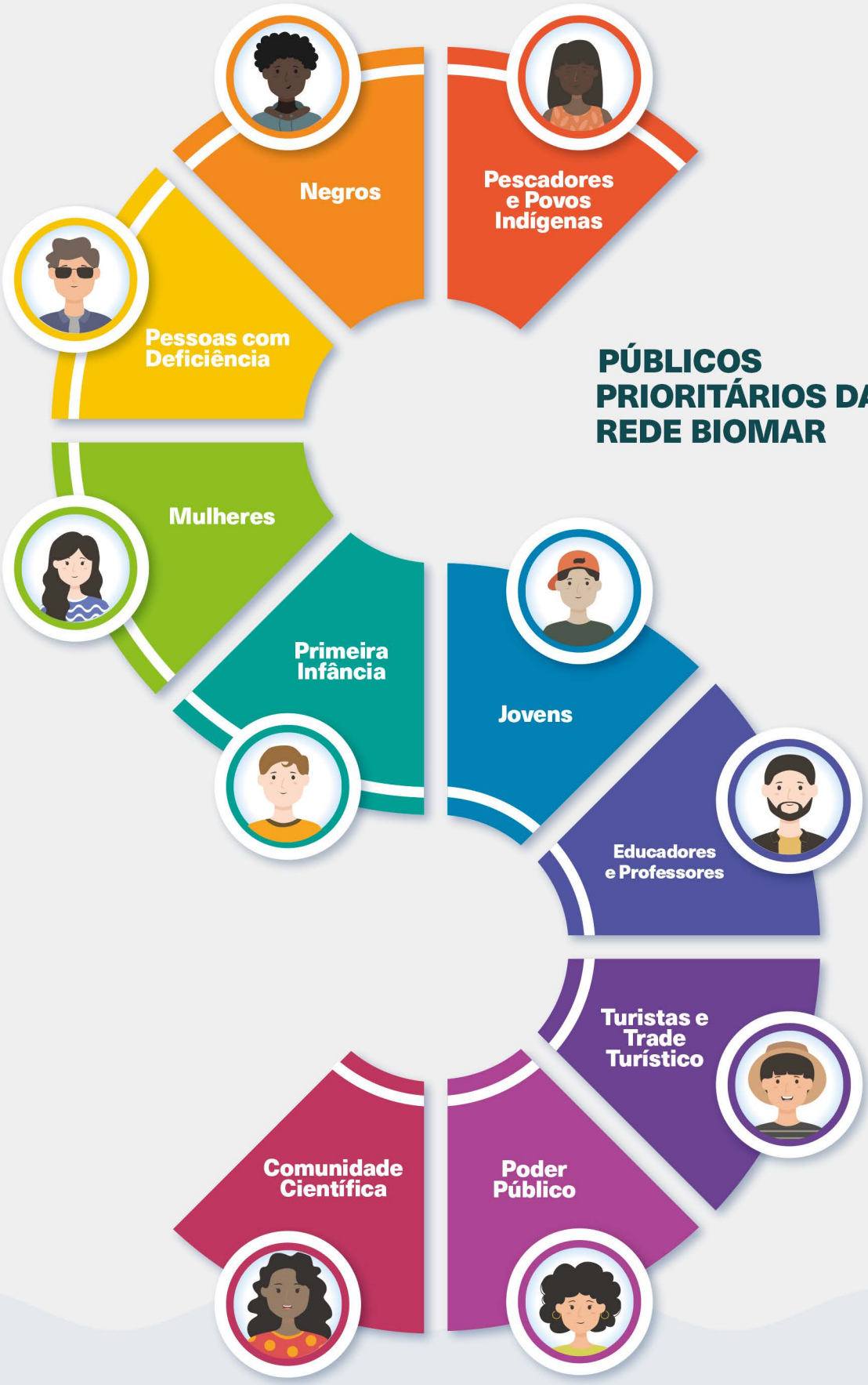
a) o público valorize e dê preferência para serviços e atitudes alinhados com a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha;

b) a sociedade tenha práticas individuais e coletivas mais sustentáveis;

c) ampliação do conhecimento e consciência (itens "a" e "b"), aliados a melhores decisões nas políticas públicas e na gestão ambiental, potencializem o sucesso de iniciativas sustentáveis;

d) mais empreendimentos que usem recursos marinhos ou estejam junto ao mar adotem posturas e procedimentos para minimizar impactos negativos sobre o meio.

Quando os quatro itens anteriores forem atingidos, teremos a transição para atividades que representem menor ameaça aos ecossistemas e espécies e consequente melhoria da conservação marinha.



PÚBLICOS PRIORITÁRIOS DA REDE BIOMAR

EIXOS ESTRATÉGICOS E INDICADORES

Seis eixos estratégicos de atuação inter-relacionados são os orientadores das ações da Rede Biomar, cada um com resultados intermediários esperados que, em conjunto, levarão a Visão de Futuro e a Teoria da Mudança explicitada no item anterior. Cada eixo estratégico representa objetivos de longo prazo que terão seu resultado mensurado por meio de indicadores, cada um voltado a um eixo e acompanhados no decorrer do decênio. Além deles, dois eixos transversais devem ser considerados: "Reputação e Relacionamento"; e "Transformação Digital". Todos os eixos serão trabalhados por todos os integrantes da Rede Biomar.

REPUTAÇÃO E RELACIONAMENTO

CONHECIMENTO
Gerar conhecimento com produção técnica e científica de utilidade direta na conservação, voltada a desenvolver soluções e compartilhando informações com a Petrobras e a sociedade.

SOCIOECONOMIA
Socioeconomia de recursos marinhos realizando transição para atividades mais alinhadas com a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos e costeiros.

CONSCIENTIZAÇÃO
Promover o aumento da consciência sobre a importância da conservação marinha e com isso mudar comportamentos.

CONSERVAÇÃO
Promover a conservação da biodiversidade com foco nas espécies e ambientes marinhos e consteiros - alvo de forma mensurável.

POLÍTICAS PÚBLICAS
Contribuição para a elaboração e acompanhamento de políticas públicas para conservação e uso sustentável do ambiente marinho e costeiro.

IMPACTO SOCIAL
Promover inclusão social e impacto socioambiental positivo e mensurável.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

EIXO CONHECIMENTO

Metas: Gerar conhecimento com produção técnica e científica de utilidade direta na conservação, voltada a desenvolver soluções e compartilhar informações com a sociedade e Petrobras.

Frentes de Atuação: Deve realizar pesquisas científicas e monitoramentos robustos, demonstrando sua aplicação na conservação; atuar fortemente em divulgação científica; pesquisar e desenvolver sistemas de informação com dados de acesso livre; buscar sinergia com foco na Década da Ciência Oceânica; promover a Ciência Cidadã e a inclusão da sociedade na ciência; e realizar valoração dos Serviços Ecossistêmicos/Espécies. Ampliação de conhecimento voltado à conservação da biodiversidade marinha; na disseminação de informações aprimoradas e na criação de espaços de troca de conhecimentos; na busca por soluções e aplicações úteis para a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha.

Indicadores: Número de publicações efetivamente aplicadas para conservação e número de citações de literatura produzida por membros da Rede Biomar no meio científico e em documentos de políticas públicas e de gestão ambiental.

EIXO CONSCIENTIZAÇÃO

Meta: Promover aumento de consciência sobre conservação marinha e uso sustentável de seus recursos, a qual é fundamental para a mudança de comportamento de indivíduos, grupos sociais e empreendimentos.

Frentes de Atuação: Assim, a Rede Biomar deve contribuir para o ODS 4 (educação de qualidade), buscando assegurar a realização de ações de educação inclusiva e equitativa de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O foco deve ser na promoção da capacitação e do empoderamento dos indivíduos, baseados nos princípios de direitos humanos, desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. As ações serão focadas em: a) formação de lideranças, como o coletivo Jovem Mar; b) aumento de consciência da sociedade para a relevância da biota marinha e seus seres, para a situação de sua conservação e para possíveis soluções e melhorias; c) conscientização de organizações/empreendimentos para que realizem atividades de menor impacto. Como indicado na descrição da Teoria da Mudança, espera-se que a Rede Biomar dê contribuições relevantes para a ampliação do conhecimento e da consciência, colaborando para melhores tomadas de decisão em políticas públicas e gestão. Assim, na medida que indivíduos tenham atitudes mais amigáveis para com o ambiente e desenvolvam bons hábitos de consumo, dando preferência para atitudes e serviços alinhados com a conservação e uso sustentável de recursos marinhos, será potencializado o sucesso de iniciativas mais sustentáveis.

Indicador: Pesquisas sociais e/ou de opinião pública sobre consciência de públicos-alvo predeterminados para conservação marinha

EIXO SOCIOECONOMIA

Meta: Socioeconomia dos recursos marinhos e costeiros realizando transição para atividades mais alinhadas com a conservação e uso sustentável de sua biodiversidade.

Frentes de Atuação: Há o reconhecimento que a maioria dos usos correntes dos recursos do mar são inadequados e vêm degradando o ambiente marinho até a situação atual. Para reverter essa tendência é imprescindível que a socioeconomia dos recursos marinhos e costeiros realize uma transição. Nesse eixo, o foco da Rede Biomar será incentivar iniciativas de sustentabilidade e empreendimentos que adotem posturas e procedimentos para minimizar impactos negativos sobre o meio e/ou que envolvam seus recursos, em especial no turismo, na pesca, ou em outros usos do ambiente costeiro e marinho (ex. ocupação da orla, com seus problemas de acúmulo de lixo, poluição orgânica e outros). Os projetos deverão contribuir para negócios que gerem benefícios sociais, econômicos e ao mesmo tempo ambientais. Em sinergia com os eixos de geração de conhecimento, impacto social e conscientização, é necessário ampliar o diálogo com segmentos da sociedade envolvidos em atividades deletérias, incentivar a prosperidade de organizações que realizam atividades econômicas de menor impacto no ambiente marinho, ampliar em número e fortalecer iniciativas sustentáveis. A transição para atividades mais sustentáveis levará a uma consequente melhoria do estado de conservação dos oceanos.

Indicador: Número e qualidade das iniciativas que adotem práticas significativas de minimização de impactos ambientais (com os quais os projetos tiveram contato ou reconheçam sua influência).

EIXO IMPACTO SOCIAL

Meta: Promover inclusão social e impacto socioambiental positivo e mensurável.

Frentes de Atuação: Além das mudanças nos empreendimentos, populações litorâneas devem se beneficiar dos novos modelos de negócios através da promoção da inclusão social e dos impactos socioambientais positivos. Assim, projetos da Rede Biomar devem contribuir aos ODS 5 (igualdade de gênero) e ODS 10 (redução das desigualdades), formando lideranças e realizando ações que empoderem e promovam a inclusão social, econômica e política de todos. O objetivo aqui é reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra, para que possam promover mudanças positivas nas situações em que vivem. Complementarmente, devem buscar contribuir ao ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), apoiando iniciativas que visem a geração de renda/alternativas de trabalho digno e/ou elevem o valor agregado dos produtos gerados nas atividades desenvolvidas pelas populações que dependem dos recursos marinhos e costeiros. Para o sucesso de movimentos de conservação da biodiversidade marinha, é fundamental que este gere impacto positivo na qualidade de vida das pessoas, com maior igualdade de oportunidades. Desta forma, contribuirão para a repartição de benefícios do uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos e costeiros com as comunidades locais e tradicionais, além de dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental. Espera-se ampliar o retorno social promovido pelos projetos.

Indicadores: Número de pessoas diretamente atingidas pelos projetos e número de participantes diretos de ações de formação de lideranças, de capacitação para atividades profissionais ou de apoio à geração de emprego e/ou renda que resultem na maior inclusão social dos beneficiários.

EIXO POLÍTICAS PÚBLICAS

Metas: Contribuir para elaboração e acompanhamento de políticas públicas para conservação e uso sustentável do ambiente marinho e costeiro.

Frentes de Atuação: Para tal, os projetos devem buscar atuar em sinergia e apoio às ações dos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) demonstrando resultados em ações incluídas nesses PANs. Como preconizado pela CDB e pela Década do Oceano, devem contribuir para fortalecer, ampliar e aperfeiçoar o sistema nacional de áreas protegidas. Quando for o caso, devem atuar também em programas internacionais, especialmente no caso de espécies migratórias ou que ocupam áreas oceânicas internacionais. Devem participar, especialmente com aportes técnicos, em comitês, conselhos e outros colegiados relacionados ao meio ambiente, brasileiros e internacionais e contribuir com demais políticas públicas nacionais para a melhoria do consumo consciente e da conservação ambiental. O conjunto de ações dos projetos da Rede Biomar deve demonstrar contribuições relevantes para a melhoria e ampliação dos aportes técnicos para decisões de políticas públicas e gestão ambiental. A contribuição com os PANs deve ter ações executadas tendo apoio dos projetos da Rede Biomar e ajudar a melhorar o desempenho desses planos.

Indicador: Participações ou contribuições em comitês técnicos, políticos ou de gestão ambiental, nacionais e internacionais; ações de PANs com contribuição dos projetos da Rede Biomar

EIXO CONSERVAÇÃO

Meta: Promover conservação da biodiversidade com foco nas espécies e ambientes marinhos e costeiros de forma mensurável, e dos serviços ecossistêmicos.

Frentes de Atuação: A conservação dos oceanos é vista pela Rede Biomar tanto do ponto de vista biológico, quanto do ponto de vista de manutenção dos serviços ecossistêmicos que eles contribuem para a sociedade. Essa busca foca na melhoria de índices que avaliem a saúde do oceano incluindo todas essas vertentes. A proposta é adaptar índices desenvolvidos em âmbito internacional para áreas de atuação direta dos projetos da Rede Biomar. Avaliamos que o Índice de Saúde dos Oceanos (Ocean Health Index – OHI) possui características adequadas para essa mensuração, permitindo diferentes recortes geográficos e adequação dos parâmetros utilizados para condições das realidades locais. Ele foi publicado pela primeira vez na revista Nature há cerca de 10 anos (Halpern et al., 2012) e já contabiliza mais de 500 citações (https://www.nature.com/articles/nature11397, acesso em 08 set 2021). O OHI avalia 10 parâmetros, com diferentes pesos (dependendo das metas da avaliação e das condições locais), incluindo:

A. Biodiversidade (incluindo situação de espécies marinhas nativas e de ambientes-chave);
B. Águas limpas;
C. Fornecimento de alimento (dividido em pesca e maricultura);
D. Oportunidades para pesca artesanal;
E. Cultura e economia costeira (dividido em quantidade e qualidade de empregos, além da geração de renda);
F. Turismo e recreação;
G. Senso de pertencimento (incluindo proteção e valorização de espécies icônicas e de áreas geográficas especiais);
H. Proteção da costa;
I. Armazenamento de carbono;
J. Produtos naturais.

O OHI possui suporte gratuito disponível online, incluindo manuais, programas, fórum de discussão e estudos de caso que podem ser acessados para facilitar a aplicação e adaptação do índice aos objetivos e situações da Rede Biomar (Lowndes et al. 2015; 2017). O OHI já foi aplicado no Brasil, apresentando uma base inicial para comparações e adaptações (ver Elfes et al., 2014).

Indicador: Será aplicado o Índice de Saúde dos Oceanos (Ocean Health Index – OHI) em recortes geográficos com atuação direta da Rede Biomar. Espera-se que os índices melhorem ao longo do tempo, especialmente nos parâmetros alvo de ações dos projetos da Rede Biomar, demonstrando assim uma melhoria da saúde dos ecossistemas marinhos e costeiros por ela abrangidos.

EIXO TRANSVERSAL: REPUTAÇÃO E RELACIONAMENTO

A Teoria da Mudança da Rede Biomar proposta prevê a necessidade de trabalhar com muitos grupos e atores sociais e empresariais nos diferentes eixos. É de grande relevância o fortalecimento do diálogo com públicos prioritários e a garantia de uma reputação positiva. Para tal, é necessário realizar ações de comunicação e de divulgação utilizando ferramentas e estratégias inovadoras que garantam retorno positivo de imagem e grande alcance de públicos. A eficiência dessas ações deve ser mensurada por ferramentas que avaliem o Retorno de Imagem dos projetos. O propósito é fortalecer a imagem positiva dos integrantes da Rede e ampliar o sucesso das ações. Ou seja, esse fortalecimento deverá facilitar o diálogo dos projetos e da Petrobras com seus públicos, gerando um maior engajamento e sensibilização dos públicos prioritários para a conservação marinha.

Indicadores: Valoração de mídia, número de matérias e número de pessoas engajadas nas redes dos projetos integrantes da Rede Biomar.

EIXO TRANSVERSAL - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A tecnologia vem mudando o mundo cada vez mais rápido. Isso é muito evidente na área de consumo de informações, onde passamos de um caminho de mão única (como nos jornais impressos) para uma via interativa, onde comunicados e feedbacks são a tônica. O exemplo mais marcante são as diversas formas populares de redes sociais. A comunicação é cada vez mais simples, rápida e barata. A possibilidade de passar, receber e consumir informações é abundante e contínua. A interação mais ativa das redes sociais facilita acompanhar de perto as atividades desenvolvidas pelas organizações. Por outro lado, a sociedade demanda cada vez mais transparência e conteúdos de boa qualidade. É imprescindível estar afinado com essa tendência para manter altos níveis de reputação e credibilidade. Assim, é fundamental que os membros da Rede Biomar promovam integração com seus públicos-alvo, forneçam acesso ao que estão fazendo, garantindo transparência em suas ações e atitudes, disseminação de conhecimento e informações abertas sobre seus resultados, especialmente dados gerados em todos os eixos de atuação.

Para tal, é preciso identificar e implementar melhorias na sistematização e compartilhamento de informações e dados com foco na transformação digital, usando a tecnologia para ampliar seu alcance e otimizar os resultados obtidos. Em especial, o desenvolvimento de sistemas de informação deve ser priorizado. Na comunicação, devem ser utilizadas estratégias de comunicação e divulgação apoiadas na transformação digital.

O eixo de transformação digital visa colocar a Rede Biomar preparada para o futuro. Ao mesmo tempo, irá diminuir efeitos negativos de situações adversas e não previstas, como a pandemia da Covid-19.

Será feita uma transformação cultural na forma de atuar dos projetos para implementar este eixo não somente nas ferramentas de comunicação, mas também nas de pesquisa e educação. Deverá haver um esforço de inserir novos conceitos e práticas no âmago das instituições. Essa transformação deve ser precedida por um exercício constante de treinar o raciocínio para que ele facilite a adoção de novas posturas em relação ao mundo digital (*mindset digital*).

Indicador: Maior rastreabilidade, transparência, cruzamento de informações e dados em relação à atuação dos projetos. Concomitantemente, haverá uma redução no esforço para levantamento de informações, análises e etc., tornando o oceano mais "acessível".

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

ITEM	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (PE)	X									
REVISÃO DO PE				X			X			X
PLANO EXECUTIVO E REVISÕES	X			X			X			
REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO *(QUADRIMESTRAIS)*	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
APRESENTAÇÃO / SISTEMATIZAÇÃO DE RESULTADOS ANUAIS + PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
RELATÓRIOS PARCIAIS				X			X			
RELATÓRIO E APRESENTAÇÃO FINAL										X

Referências Norteadoras para o Planejamento Estratégico Biomar

As últimas décadas apresentaram grande avanço na percepção pela comunidade internacional de que são necessários esforços de todos os países para garantir o futuro do planeta. A busca de equilíbrio na relação entre sociedade, natureza, desenvolvimento, uso mais sustentável dos recursos, redução de desigualdades e felicidade está cada vez mais presente. Diversos marcos sobre o assunto são extremamente relevantes e constituem referências norteadoras para o Planejamento Estratégico da Rede Biomar. Desta maneira, a Rede Biomar busca contribuir para as grandes metas nacionais e internacionais relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, biodiversidade e oceanos.

Convenção da Diversidade Biológica (CDB)

Em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento", também conhecida como "Eco-92" e "Rio-92" (Aguiar, 2008). Essa conferência foi um marco histórico no debate dos problemas ambientais mundiais e gerou diversas iniciativas de enorme relevância, como a "Agenda 21", a "Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas" e a "Convenção sobre Diversidade Biológica" (CDB).

O Brasil ratificou a CDB em 1994, estando entre os cerca de 200 países (denominados "Partes") que o fizeram. Sob sua influência, a década de 1990 apresentou uma série de iniciativas voltadas para o conhecimento e a conservação da biodiversidade brasileira. A CDB previa que os países deveriam avaliar a situação de sua fauna e flora e criar Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção. A partir daí, a CDB previa também que os países deveriam elaborar e executar Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), medida que foi adotada pelo Brasil (ver 1.4.1).

A CDB deverá adotar na 15ª Conferência das Partes (COP15 – 2021-2022) uma estratégia post-2020 de forma que tendências que exacerbaram a perda de biodiversidade sejam estabilizadas nos próximos 10 anos (até 2030). Para tal, preconiza uma abordagem de todos os níveis de governança e da sociedade para alcançar as mudanças necessárias e funcionarão como uma etapa intermediária para o alcance da visão até 2050 (Vivendo em Harmonia com a Natureza). Suas metas foram distribuídas em três grandes eixos que são descritos nas páginas a seguir.

Redução de ameaças para a biodiversidade, incluindo temas como:

I. Planejamento espacial do uso da terra e do mar;

II. Sistemas efetivos de áreas protegidas e conectadas e outras medidas efetivas de conservação baseadas em área;

III. Redução de conflitos humanidade-natureza;

IV. Uso legal, em níveis sustentáveis e seguros na coleta, de ações de extrativismo, comércio e uso de espécies nativas da fauna e flora;

V. Gerenciamento de rotas para a introdução de espécies invasoras;

VI. Controle de poluição, incluindo poluição por plástico e excesso de nutrientes;

VII. Aumento de contribuições para mitigação de mudanças climáticas.

Atender as necessidades das pessoas, incluindo:

I. Garantia de benefícios para as pessoas, através de gerenciamento sustentável, da fauna e flora nativas;

II. Apoio à produtividade, sustentabilidade e resiliência da biodiversidade em ecossistemas gerenciados por meio de sua conservação e uso sustentável;

III. Ampliação dos benefícios da biodiversidade e de espaços verdes/azuis para a saúde e bem estar humanos.

Mecanismos e soluções para implementar mudanças, como:

I. Integração de valores da biodiversidade em todos os setores, regulamentações, estratégias de redução da pobreza, processos de desenvolvimento e integrada em avaliações de impacto ambiental, entre outras;

II. Sustentabilidade de práticas de produção e cadeias de suprimento;

III. Padrões de consumo, escolhas conscientes e responsáveis;

IV. Capacitação, transferência de tecnologias e cooperação científica;

V. Qualidade e disponibilidade da informação para tomadores de decisão e o público em geral;

VI. Promoção de conscientização, educação e pesquisa.

VII. Participação equitativa na tomada de decisões relacionada à biodiversidade e direitos a recursos relevantes por povos indígenas e comunidades locais, mulheres e meninas, assim como jovens.

Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

O documento "Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" é um compromisso assumido por 193 Estados-membros das Nações Unidas, inclusive o Brasil, com o reconhecimento que a erradicação da pobreza em todas as suas formas é o maior desafio global e requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas, 2015). Sua origem vem da Conferência Rio+20, onde sua Declaração Final, o documento "O Futuro que Queremos", reconheceu que a formulação de metas poderia ser útil para uma ação global coerente e focada no desenvolvimento sustentável. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgiram dessa formulação de metas, criadas a partir de um processo intergovernamental abrangente e transparente, aberto a todas as partes interessadas.

É um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que indica 17 objetivos e 169 metas. O intuito é erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. É coordenado pelas Nações Unidas, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os ODS são o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030.

O objetivo geral da ODS 14 é: "Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável".

Veja algumas metas e o posicionamento do Brasil em relação às mesmas:

Meta ODS 14.1

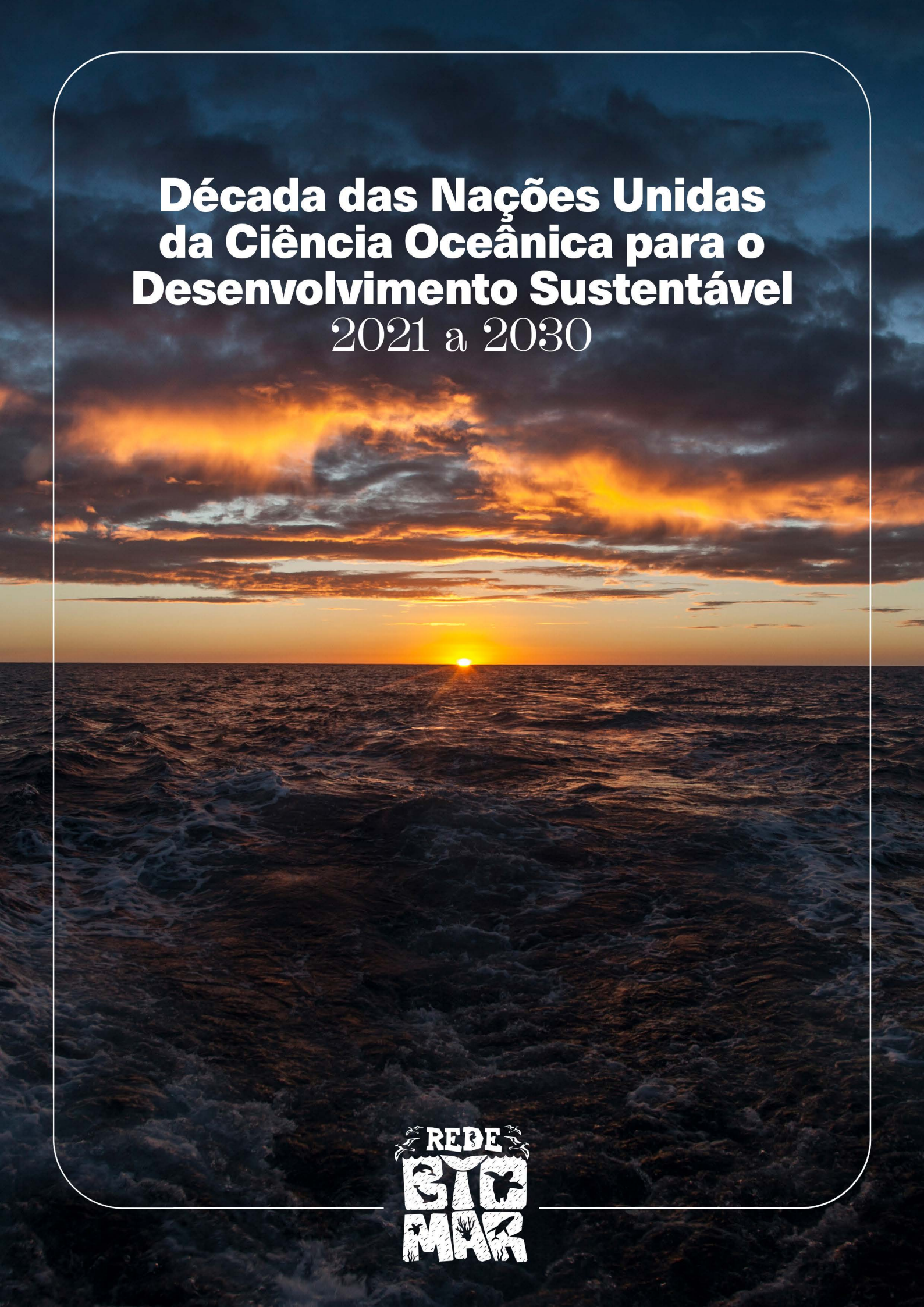
Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
No Brasil, o MCTI indica duas avaliações:
a) Índice de eutrofização costeira;
b) densidade de detritos plásticos.

Meta ODS 14.3

Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis. O Brasil pretende medir a acidez média marinha (pH) em um conjunto representativo de estações de coleta.

Meta ODS 14.7

Até 2030, aumentar os benefícios econômicos a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo. O Brasil irá buscar um aumento da pesca sustentável como uma proporção do Produto Interno Bruto (PIB).



Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável

2021 a 2030

REDE BIOMAR

Com os temas “A Ciência que Precisamos para o Oceano que Queremos” e “O Oceano que Precisamos para o Futuro que Queremos”, as Nações Unidas declararam que a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável seria realizada de 2021 a 2030, realizada por uma parceria global liderada pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO (IOC, 2019). Essa iniciativa visa apoiar os países na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A decisão por trás dessa declaração está (a) nos relevantes serviços ambientais que o oceano presta para a humanidade (estabilização do clima, armazenamento de carbono, produção de oxigênio, suporte para biodiversidade, bem estar humano por meio de recursos alimentares, minerais, energéticos, culturais e recreativos); (b) apesar de melhorias nas ações de gestão e conservação, a consciência que grande parte do oceano está agora seriamente degradada e que os impactos associados às atividades humanas irão aumentar; e (c) a necessidade de uma base científica sólida para influenciar a tomada de decisões e elevar o nível de conhecimento de todos os atores envolvidos.

Para alcançar "*o Oceano que queremos*", sete resultados são almejados ao final da Década do Oceano:

1. Um oceano limpo onde as fontes de poluição estejam identificadas e sejam reduzidas ou removidas.

2. Um oceano saudável e resiliente onde os ecossistemas marinhos sejam compreendidos, protegidos, recuperados e devidamente geridos.

3. Um oceano produtivo que apoie uma cadeia alimentar sustentável e uma economia oceânica sustentável.

4. Um oceano previsível que a sociedade compreenda para que possa responder às alterações das suas condições.

5. Um oceano seguro em que a vida e os meios de subsistência são protegidos contra os riscos relacionados com os oceanos.

6. Um oceano acessível com acesso livre e equitativo aos dados, à informação, à tecnologia e à inovação.

7. Um oceano inspirador e envolvente que a sociedade possa compreender e valorizar na sua relação com o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável.

A Década do Oceano irá mobilizar atores em todo o mundo para passar à sociedade resultados de qualidade, em especial com acesso aberto aos dados, informações e tecnologias. Entre os temas principais estão inclusos: gestão e adaptação de zonas costeiras, planejamento espacial marinho/economia azul, estabelecimento de áreas marinhas protegidas, gestão da atividade pesqueira, mudanças climáticas, políticas oceânicas nacionais, desenvolvimento de estratégias de pesquisa, desenvolvimento de capacitações e sistemas de alerta.

Parte significativa da Década do Oceano é a campanha "Cultura Oceânica para Todos". A essência dessa cultura é agir para que toda a sociedade possa conhecer e entender a influência do oceano em nós, e nossa influência no oceano. Esse conhecimento é crucial para viver e agir de forma sustentável. Uma das lacunas observadas é a carência de materiais didáticos para uso fora do ambiente acadêmico, elaborados especificamente para esse fim. Grande parte da população não conhece os oceanos e mares além da vasta superfície que é vista por todos da costa. Não tem consciência de sua importância econômica, cultural, política e socioambiental.

O acesso a uma educação oceânica de qualidade e que fortaleça a conexão com o oceano é necessário para que sociedades e governos valorizem a conservação e uso sustentável dos recursos marinhos. Aumentar a cultura oceânica é indispensável para a compreensão de questões críticas para essas finalidades, como elevação do nível do mar, aumento de tempestades costeiras, aumento do lixo marinho, acidificação, perdas de biodiversidade e habitat, sobrepesca, entre outros.

Ou seja, é preciso promover uma melhor conscientização pública em todo o mundo sobre o nosso oceano, valorizando a pesquisa e a disseminação de informações. Uma das primeiras iniciativas da Década do Oceano foi justamente a elaboração do manual "Cultura Oceânica para Todos: kit pedagógico", lançado pela Unesco ainda em 2020. O manual apresenta conteúdo relacionado aos objetivos de aprendizagem da ODS 14 Vida na Água. Possui 3 eixos principais:

1. Objetivos para aprendizagem cognitiva, que busca levar o aluno a compreender princípios de ecologia marinha básica, a relação de muitas pessoas com o mar, incluindo seu papel como fonte de alimentos, mudanças climáticas, ameaças e a fragilidade de muitos ecossistemas marinhos.

2. Objetivos para aprendizagem sócio-emocional, capacitando o aluno a defender práticas de pesca sustentáveis, o valor dos oceanos, o impacto da humanidade sobre os oceanos, a refletir sobre suas posturas pessoais e ter empatia por aqueles afetados por mudanças na pesca.

3. Objetivos para a aprendizagem comportamental, que leva o aluno a ser capaz de discutir, debater, identificar, influenciar e agir para atingir práticas mais sustentáveis de uso dos recursos marinhos.

Com vasta atuação há décadas em favor da conservação marinha e diversos trabalhos científicos publicados, os projetos da Rede Biomar já haviam identificado a necessidade de colaborar de forma mais ativa potencializando a disseminação desse conhecimento. Pensando nisso, foi criado material específico, com metodologia e conteúdo pertinentes ao universo da educação, considerando principalmente a demanda por informações consistentes e objetivas sobre conservação ambiental marinha. Em 2016, os projetos da Rede Biomar desenvolveram em conjunto o "Manual de Ecossistemas Marinhos e Costeiros para Educadores" (Gerling et al. 2016). Esse manual vem sendo utilizado por profissionais de todo o País para promover a educação de qualidade sobre o oceano e a vida marinha.

Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs)

Dentre as diversas políticas públicas voltadas para a gestão e conservação de ambientes costeiros e marinhos no Brasil (ver Prates et al., 2012), ressaltamos aqui uma das mais abrangentes e que envolve a participação de toda a sociedade. Os Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs).

Projetos da Rede Biomar contribuem ativamente na elaboração e execução desses PANs, que são parte de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Sua origem remonta a 1992, no Rio de Janeiro, quando chefes de estado se reuniram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92 ou Eco 92) e se comprometeram a reduzir a taxa de perda de biodiversidade. Na ocasião, foi elaborada a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), da qual ja fazem parte quase 200 países (em geral denominados "Partes"). O Brasil também e signatário da CDB. Posteriormente, na chamada 10ª Conferência das Partes (COP10, na sigla em inglês), realizada em 2010, em Nagoya (Prefeitura de Aichi), Japão, foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos e 20 metas distribuídas entre eles, conhecidas como "Metas de Aichi".

Dois instrumentos foram incorporados nos documentos oficiais brasileiros para atendimento da Meta de Aichi numero 12, relacionada a questão das espécies ameaçadas de extinção: a elaboração de Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção e a elaboração e implementação de Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) (ver Castro et al., 2016).

Existem critérios bem definidos para a inserção de uma espécie nas diversas categorias de espécies ameaçadas. As listas oficiais no Brasil são revistas periodicamente, a partir de novas avaliações do estado de conservação da flora e fauna. Aquelas consideradas "Criticamente em Perigo", "Em Perigo" ou "Vulnerável" (IUCN, 2019) são as que necessitam de ações de conservação imediatas e para as quais devem ser elaborados PANs. Estes são constituídos de políticas públicas elaboradas de forma participativa e articulada com a sociedade, a fim de identificar e orientar ações prioritárias, a serem desenvolvidas de forma multi-institucional, que venham a excluir ou minimizar as pressões e ameaças que põem em risco populações de espécies ameaçadas de extinção e os ambientes naturais em que ocorrem (ver Castro et al., 2016).

Os projetos participantes da Rede Biomar possuem atuação marcante nos PANs a eles relacionados, incluindo:

PAN para a Conservação de Albatrozes e Petréis (PAN Albatrozes e Petréis)

PAN para a Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais)

PAN de Conservação dos Cetáceos Marinhos Ameaçados de Extinção (PAN Cetáceos Marinhos)

PAN para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal)

PAN Sirênios

Programa Petrobras Socioambiental

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, a Petrobras contribui para a sustentabilidade do negócio, apoiando de forma voluntária iniciativas socioambientais que gerem valor para a companhia e para a sociedade. A atuação em parceria com organizações da sociedade civil tem objetivo de fortalecer o diálogo com as comunidades, impulsionar a produção de conhecimento relevante para o negócio, promover transformações sociais e ambientais positivas na sociedade e fortalecer a reputação.

O Programa está alinhado ao Plano Estratégico 2022-2026 e à Política de Responsabilidade Social da Petrobras, que preconiza o compromisso de fornecer energia, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente, nos relacionando de forma responsável com as comunidades onde atuamos e superando os desafios de sustentabilidade, como a transição para uma economia de baixo carbono. Neste sentido, os investimentos socioambientais estão incluídos entre os 10 Compromissos de Sustentabilidade da Petrobras, e também são insumos ao planejamento Biomar.

Dentro do Programa Petrobras Socioambiental, há iniciativas em quatro linhas de atuação (Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Oceano e Clima), contemplando como temas transversais Direitos Humanos, Inovação e Primeira Infância. Os projetos integrantes da Rede Biomar atuam na linha Oceano e incluem as demais dimensões em suas atividades, associando a dimensão ambiental com a social, conforme preconizado pela CDB.

Em consonância com o compromisso com o Pacto Global, apoia-se iniciativas que contribuam para o alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que integram a Agenda 2030, visando combater a pobreza e a desigualdade, assegurar o respeito aos direitos humanos, promover a preservação do meio ambiente e combater as mudanças climáticas. São priorizadas iniciativas voltadas para os ODS 4 (Educação de Qualidade), 8 (Desenvolvimento Econômico Sustentável), 14 (Vida na Água) e 15 (Vida Terrestre).

O Programa Petrobras Socioambiental também se alinha a outros compromissos, incluindo os Sete Princípios de Empoderamento da ONU Mulheres, o Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, a Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos, a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial e o Pacto Nacional pela Primeira Infância.

LITERATURA CITADA

Aguiar, P. R. M. (org.) (2008). Convenção sobre Diversidade Biológica e Legislação Correlata. – Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 87 p. [disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/182959/000182959.pdf?sequence=10 – acesso em 24ago2021]

Castro, C. B.; Santos, R. A.; Steenbock, W.; Pires, D. O. (2016) Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais). In: Zilberberg, C.; Abrantes, D.; Marques, J. A.; Machado, L. F.; Marangoni, L. F. B. Conhecendo os recifes brasileiros: Rede de Pesquisas Coral Vivo. Rio de Janeiro, Museu Nacional, Série Livros n. 58. Pp. 345-358.

Elfes, C. T.; Longo, C.; Halpern, B. S.; Hardy, D.; Scarborough, C.; Best, B. D.; Pinheiro, T.; Dutra, G. (2014) A Regional-Scale Ocean Health Index for Brazil. PLOS One, 9(4): e92589. DOI:10.1371/journal.pone.0092589

Gerling, C.; Ranieri, C.; Fernandes, L.; Gouveia, M.T.J.; Rocha, V. (2016). Manual de Ecossistemas Marinhos e Costeiros para Educadores. Santos, SP, Editora Comunicar. 64 p.

Halpern, B. S.; Longo, C.; Hardy, D.; McLeod, K. L.; Samhouri, J. F.; Katona, S. K.; Kleisner, K.; Lester, S. E.; O'Leary, J.; Ranelletti, M.; Rosenberg, A. A.; Scarborough, C.; Selig, E. R.; Best, B. D.; Brumbaugh, D. R.; Chapin, F. S.; Crowder, L. B.; Daly, K. L.; Doney, S. C.; Elfes, C.; Fogarty, M. J.; Gaines, S. D.; Jacobsen, K. I.; Karrer, L. B.; Leslie, H. M.; Neeley, E.; Pauly, D.; Polasky, S.; Ris, B.; St Martin, K.; Stone, G. S.; Sumaila, U. R.; Zeller, D. (2012) An index to assess the health and benefits of the global ocean. Nature, 488: 615–620. DOI 10.1038/nature11397

IOC (2019). A Ciência que precisamos para o oceano que queremos: Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030). IOC. 24 p. [disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265198_por.locale=en – acesso em 24ago2021]Lowndes, J. S. S.; Best, B. D.; Scarborough, C.; Afflerbach, J. C.; Frazier, M. R.; O 'Hara, C. C.; Jiang, N.; Halpern, B. S. (2017) Our path to better science in less time using open data science tools. Nature Ecology and Evolution, 1, article 0160. DOI: 10.1038/s41559-017-0160

IUCN Standards and Petitions Committee. 2019. Guidelines for Using the IUCN Red List Categories and Criteria. Version 14. Disponível em http://www.iucnredlist.org/documents/RedListGuidelines.pdf. Acesso em 26 outubro 2021.

Lowndes, J. S. S.; Pacheco, E. J.; Best, B. D.; Scarborough, C.; Longo, C.; Katona, S. K.; Halpern, B. S. (2015) Best practices for assessing ocean health in multiple contexts using tailorable frameworks. PeerJ 3:e1503; DOI 10.7717/peerj.1503

Mayne, J. (2017) Theory of Change Analysis: Building Robust Theories of Change. Canadian Journal of Program Evaluation, 32: 155-173.

Nações Unidas (2015) Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 41 p. [disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf - acesso 24ago2021]

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (2021). Programa Petrobras Socioambiental. Disponível em: https://petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/socioambiental/index.htm?q=selecoes-publicas. Acesso em 01 de novembro de 2021.

Prates, A. P. L., Gonçalves, M. A., Rosa, M. R. 2012. Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil. 2ª edição, revista e ampliada. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 152p.

Rede BIOMAR (2017). Relatorio Rede BIOMAR 10 anos [livro eletronico] : rede de conservacao da biodiversidade marinha : relatorio de atividades do planejamento estrategico integrado de biodiversidade marinha 2007-2016 / [organizacao Luena Fernandes]. 1. ed. -- Sao Paulo : Bambu Editora, 2017. 10 Mb ; PDF.

Sachs. Environnement, développement, marché. Pour une économie anthropologique. Natures, Sciences, Sociétés, 2 (3),1994. p. 258-265.

Sachs, I. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento. In: Vieira, P. F.; Ribeiro, M. A. Franco, R. M.; Cordeiro, R. C. Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil. Porto Alegre: Palotti; Florianópolis:APED, 1998. p. 161-163.

UNESCO (2020). Cultura Oceânica para Todos: kit pedagógico. Veneza, UNESCO. 136 p.[disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373449 - acesso em 24ago2021]

AUTORES E AUTORAS DO DOCUMENTO

Representantes dos projetos integrantes da Rede Biomar:

Instituto Albatroz
Beatriz Cadinelli, Cynthia Ranieri, Juliana Justino e Tatiana da Silva Neves.

Instituto Baleia Jubarte
Eduardo Camargo e Luena Fernandes.

Instituto Coral Vivo
Aline Bianchini, Clovis Barreira e Castro, Fábio Negrão Ribeiro de Souza e Flávia Maria Guebert.

Centro Golfinho Rotador
Flávio José de Lima Silva, Priscila Izabel Alves Pereira de Medeiros e Cynthia Gerling.

Instituto Meros do Brasil
Áthila Bertoncini, Cleiton Jardeweski, Jonas Rodrigues Leite, Maíra Borgonha e Matheus Freitas.

Representantes da Petrobras *DRIS/RS/PA*
DRIS *Diretoria de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade da Petrobras*
RS *Gerência Executiva de Responsabilidade Social*
PA *Gerência de Projetos Ambientais*
Amanda Borges Martins de Oliveira, Ana Marcela Di Dea Bergamasco, Ana Paula Pinto Marques e Katia Christina Ferreira .

COLABORADORES: *Carolina Fagundes Leão, Leila Pereira Guimarães, Marcelo Secchin Pinheiro e Marcos Vinicius da Silva Almeida.*

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Acervo Projeto Albatroz: *17.*

Acervo Projeto Golfinho Rotador: *10, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 64, 71 e 75.*

André Ribeiro / Banco de Imagens Petrobras: *87 e 88.*

Áthila Bertoncini/Coral Vivo: *08, 10 e 25.*

Áthila Bertoncini/Meros do Brasil: *01, 04, 07, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 66, 68, 80 e 82.*

Dimas Gianuca/Projeto Albatroz: *05, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 59, 61, 76 e 81.*

Eduardo Melo: *06 e 22*

Eduardo Pimenta/Projeto Albatroz: *15.*

Emanuel Teixeira/Projeto Albatroz: *63.*

Enrico Marcovaldi: *02, 10, 18, 23, 24, 62, 72, 77, 79*

Fábio Fontes: *20.*

Fábio Negrão/Coral Vivo: *30.*

Filipe Ramos/Projeto Albatroz: *67.*

Flávia Guebert/Coral Vivo: *27, 29 e 70.*

Gabriel Ribeiro/Coral Vivo: *26 e 28.*

Giovanna Real/Projeto Albatroz: *15 e 65.*

Leandro Santos/Coral Vivo: *31, 69 e 74.*

Sérgio Cipolotti: *3, 19 e 21*

Envato: *09, 49, 60, 83, 84, 85 e 86.*

Projeto Albatroz BRASIL

Projeto Baleia Jubarte

Projeto Coral Vivo

Projeto Golfinho Rotador Noronha

meros do Brasil

Patrocínio:

BR PETROBRAS

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL